



COP 30: conjuntura, cenários e a contribuição da Igreja Católica

Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB – Padre Thierry Linard¹
15 de setembro de 2025²

“Então Deus viu tudo quanto havia feito, e era muito bom” (Gn 1,31).

1 – Introdução

“Tudo está conectado”. É uma frase repetida três vezes ao longo das mais de 190 páginas da carta encíclica *Laudato Si’* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da Casa Comum³. A insistência é a sua essência. A razão, parece-nos, é o “urgente desafio de proteger a nossa casa comum” que “inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar”⁴. E, por enquanto, a urgência decorrer de uma crise climática sem precedentes na história humana por conta da ação humana.

As atividades humanas causaram o aquecimento global, principalmente após a chamada “revolução industrial”, através das emissões de gases de efeito estufa, com a temperatura da superfície global atingindo um valor 1,1°C mais alto entre 2011-2020 do que no período de 1850-1900. As emissões globais de gases de efeito estufa continuaram a aumentar, com contribuições históricas e contínuas desiguais decorrentes do uso insustentável de energia, do uso da terra e da mudança no uso

¹ Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros e assessores da Conferência, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina (MA), Frei Jorge Luiz Soares da Silva – assessor de relações institucionais e governamentais da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Izete Pengo Bagolin – PUC/Rio Grande do Sul, Maria Cecília Pilla – PUC/Paraná, Jackson Teixeira Bittencourt – PUC/Paraná, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Ricardo Ismael – PUC/Rio, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, José Geraldo de Sousa Júnior – UnB e Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP).

² Festa litúrgica de Nossa Senhora das Dores.

³ FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Laudato Si’***. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em 15 set. 2025.

⁴ Idem, LS n. 13.





da terra, dos estilos de vida e dos padrões de consumo e produção entre regiões, entre países e dentro deles, e entre indivíduos⁵.

A temperatura da superfície global foi 1,09 [0,95 a 1,20] °C mais alta em 2011-2020 do que em 1850-1900, com aumentos maiores sobre os continentes (1,59 [1,34 a 1,83]°C) do que sobre o oceano (0,88 [0,68 a 1,01]°C). A temperatura da superfície global nas duas primeiras décadas do século 21 (2001-2020) foi 0,99 [0,84 a 1,10]°C mais alta que em 1850-1900. A temperatura da superfície global aumentou mais rapidamente desde 1970 do que comparado a qualquer outro período de 50 anos, pelo menos nos últimos 2000 anos.

A faixa *provável* de aumento total da temperatura da superfície global causada pelo homem de 1850-1900 a 2010-2019 e de 0,8°C a 1,3°C, sendo a melhor estimativa de 1,07°C. Durante esse período, é *provável* que gases de efeito estufa (GEEs) misturados de forma homogênea tenham contribuído para um aquecimento de 1,0°C a 2,0°C⁸, outros fatores humanos (principalmente aerossóis) contribuíram para um resfriamento de 0,0°C a 0,8°C e fatores naturais (solares e vulcânicos) mudaram a temperatura da superfície global de -0,1°C a +0,1°C e a variabilidade interna mudou de -0,2°C a +0,2°C. Os aumentos observados em concentrações de GEE misturados de forma homogênea desde cerca de 1750 são inequivocamente causados por emissões de GEE de atividades humanas durante esse período⁶.

⁵ Todos os dados a seguir são derivados do "Relatório de Síntese AR6: mudanças climáticas 2023", do IPCC, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas. Fonte: IPCC, disponível em <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>. Acesso em 15 set. 2025.

⁶ As causas mais prováveis são: a) Geração de energia (eletricidade e calor pela queima de combustíveis fósseis); b) Fabricação de produtos (a manufatura e a indústria produzem emissões, principalmente pela queima de combustíveis fósseis para gerar energia para fabricar cimento, ferro, aço, eletrônicos, plástico, roupas e outros produtos. A mineração e outros processos industriais também liberam gases, assim como a indústria da construção civil. Máquinas usadas no processo de fabricação muitas vezes funcionam com carvão, petróleo ou gás, e alguns materiais, como plástico, são fabricados com produtos químicos extraídos dos combustíveis fósseis. A indústria de manufatura é uma das maiores contribuintes para as emissões de gases do efeito estufa no mundo); c) Desmatamento florestal (ao serem cortadas, as árvores liberam o carbono que estavam armazenando. Cerca de 12 milhões de hectares de florestas são destruídos por ano. Como as florestas absorvem o dióxido de carbono, a destruição delas também limita a capacidade da natureza em manter as emissões fora da atmosfera. O desmatamento, assim como a agricultura e outras mudanças no uso da terra, é responsável por cerca de um quarto das emissões globais de gases do efeito estufa); d) Uso de transporte (a maioria de carros, caminhões, navios e aviões funcionam com combustíveis fósseis, especialmente emissões de dióxido de carbono); e) Produção de alimentos (a produção de alimentos gera emissões de dióxido de carbono, metano e outros gases do efeito estufa de várias maneiras, inclusive pelo desmatamento e limpeza de terras para



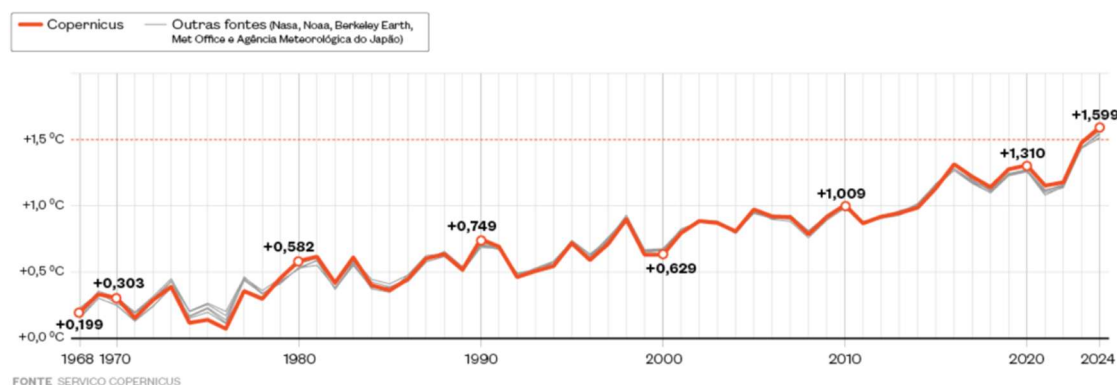


Veja-se a escalada do aquecimento global na figura 1:

FIGURA 1

A escalada do aquecimento global

Quanto a temperatura média anual da superfície terrestre aumentou em relação à era pré-industrial



Ocorreram mudanças generalizadas e rápidas na atmosfera, oceano, criosfera e biosfera. As emissões de gases de efeito estufa recobrem a Terra, retendo o calor do sol. Isso leva ao aquecimento global e às mudanças climáticas. Isto vem resultando em impactos adversos generalizados, e perdas e danos relacionados, à natureza e às pessoas. Comunidades vulneráveis que menos contribuíram historicamente para a mudança atual do clima são afetadas de forma desproporcional. Alguns exemplos.

O aumento das temperaturas ao longo do tempo está mudando os padrões climáticos e perturbando o equilíbrio da natureza. Isso representa muitos riscos para os seres humanos e todas as outras formas de vida na terra. As temperaturas estão mais altas, pois, à medida que a concentração dos gases de efeito estufa aumenta, o mesmo acontece com a temperatura da superfície global. A última década (2011-2020) é a mais quente já registrada. Os anos de 2023 e 2024 bateram os recordes anuais. Desde os anos 1980, cada década tem sido mais quente do que a anterior. Quase todas as áreas têm tido mais dias quentes e ondas de calor. Temperaturas mais elevadas aumentam o número de doenças relacionadas ao

agricultura e pastagem, consumo por gado e ovelhas, produção e uso de fertilizantes e esterco para a agricultura e uso de energia para o funcionamento de equipamentos agrícolas ou barcos de pesca, geralmente com combustíveis fósseis); f) Energia nos edifícios; g) Excesso de consumo (nossos estilos de vida têm um profundo impacto no nosso planeta. Os mais ricos têm a maior responsabilidade: a parcela 1% mais rica da população global combinada responde por mais emissões de gases do efeito estufa do que os 50% mais pobres.





calor e dificultam o trabalho ao ar livre. Incêndios começam com mais facilidade e se espalham mais rapidamente quando as condições estão mais quentes. As temperaturas no Ártico aumentaram pelo menos duas vezes mais rápido do que a média global.

Do mesmo modo, as tempestades são mais severas. Elas têm se tornado mais intensas e frequentes em muitas regiões. Conforme as temperaturas aumentam, mais umidade evapora, agravando chuvas e inundações extremas e causando tempestades mais destrutivas. A frequência e a dimensão das tempestades tropicais também são afetadas pelo aquecimento do oceano. Ciclones, furacões e tufões se alimentam da água quente na superfície do oceano. Com frequência, essas tempestades destroem casas e comunidades, causando mortes e enormes perdas econômicas.

O aumento da seca decorre da redução da disponibilidade de água, tornando-a mais escassa em mais regiões. O aquecimento global agrava os períodos de seca em regiões onde a falta de água já é comum e leva a um risco maior de secas agrícolas, afetando plantações, e secas ecológicas, aumentando a vulnerabilidade dos ecossistemas. Os períodos de seca também podem causar destrutivas tempestades de areia e poeira, que podem mover bilhões de toneladas de areia entre continentes. Os desertos estão crescendo, reduzindo a área cultivável. Muitas pessoas agora enfrentam a ameaça de não ter água suficiente regularmente.

Um oceano cada vez mais quente e maior é outro efeito gravíssimo. O oceano absorve a maior parte do calor gerado pelo aquecimento global. A taxa de aquecimento do oceano aumentou muito nas duas últimas décadas, em todas as profundidades. À medida que essa temperatura sobe, o volume dele aumenta, já que a água se expande quando aquecida. O derretimento de placas de gelo também provoca o aumento do nível do mar, ameaçando comunidades litorâneas e insulares. Além disso, o oceano absorve dióxido de carbono, evitando que ele se concentre na atmosfera. No entanto, mais dióxido de carbono deixa a água mais ácida, ameaçando a vida marinha e os recifes de corais.

Há perda significativa de espécies, diante dos riscos para a sobrevivência de espécies na terra e no oceano. Esses riscos aumentam com a elevação das temperaturas. Agravado pelas mudanças climáticas, o mundo está perdendo espécies a uma taxa 1.000 vezes maior do que em qualquer outro momento na história da humanidade. Um milhão de espécies estão em risco de extinção nas próximas décadas. Incêndios florestais, clima extremo, além de doenças e pragas





invasoras estão entre as várias ameaças relacionadas às mudanças climáticas. Algumas espécies conseguirão se deslocar e sobreviver, mas outras não.

As mudanças no clima e o aumento de eventos climáticos extremos estão entre as razões por trás do crescimento global da fome e da subnutrição. A pesca, a agricultura e a criação de gado podem ser destruídas ou se tornarem menos produtivas. Com o oceano ficando mais ácido, os recursos marinhos que alimentam bilhões de pessoas estão em risco. As mudanças na cobertura de neve e gelo em várias regiões árticas prejudicam o abastecimento de alimentos provenientes do pastoreio, da caça e da pesca. O estresse térmico pode diminuir a quantidade de água e as áreas de pastagem, causando o declínio da produção agrícola e afetando o gado.

Há mais riscos para a saúde. As mudanças climáticas são a maior ameaça à saúde que a humanidade enfrenta. Os impactos climáticos já estão prejudicando a saúde, com poluição do ar, doenças, eventos climáticos extremos, deslocamento forçado, pressões sobre a saúde mental e aumento da fome e subnutrição em locais onde as pessoas não conseguem cultivar ou encontrar alimentos suficientes. A cada ano, fatores ambientais tiram a vida de cerca de 13 milhões de pessoas. A mudança dos padrões climáticos está expandindo o número de doenças, e os eventos climáticos extremos aumentam as mortes e dificultam a manutenção dos sistemas de saúde.

O aumento da pobreza e do deslocamento têm muito a ver com as mudanças climáticas. Estão elas entre os principais fatores que levam as pessoas à pobreza e as mantêm nessa situação. Há inundações a assolar favelas urbanas, destruindo casas e meios de subsistência. O calor dificulta o trabalho ao ar livre. A escassez de água pode afetar a agricultura. Na última década (2010–2019), eventos relacionados ao clima provocaram o deslocamento estimado de, em média, 23,1 milhões de pessoas por ano, deixando muitos mais vulneráveis à pobreza. A maioria dos refugiados vem de países que estão mais vulneráveis e menos preparados para se adaptar aos impactos das mudanças climáticas.

Voltemos à *Laudato Si'*. Esta crise climática, destacada pela encíclica, é uma das faces de uma mesma grande crise ética da humanidade. Ela é produzida pela ruptura das relações com Deus, com o próximo e com a terra, que ele denominava de as “três relações fundamentais da existência”. Os padrões insustentáveis de produção e consumo da sociedade global, impulsionados pela tecnociência fora





de controle, levam à degradação das relações humanas e à degradação também da “nossa casa comum”⁷.

É nesse quadro estrutural que nos aproximamos da realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30, que ocorrerá em novembro em Belém, no Pará, em plena Amazônia. E, para tanto, como forma de analisar os desafios e as possibilidades a partir da presença da Igreja Católica é que vamos apresentar uma breve análise de conjuntura. Não é complementar às diversas avaliações científicas, pastorais, bíblicas e formulações dos movimentos sociais. É uma análise destinada a oferecer uma avaliação sobre o presente e indicar alguns horizontes para o futuro.

Antes, porém, de um pouco de história sobre as COPs, um aspecto de fundo mais filosófico nos coloca diante do tamanho de nossa encruzilhada. É que não há alternativa a este planeta. Não há outra casa comum. É conhecida a frase “não há planeta B”⁸.

Hannah Arendt, coetânea da experiência nuclear que marcou o século XX, encarava o âmbito das relações internacionais como um jogo de forças no qual as ameaças têm de ser contrapostas através de ações de ordem eminentemente prática: (a) os limites de uma guerra nuclear?; e (b) a relação com o totalitarismo (que ela chamava de “loucura totalitária”¹⁰). Ela partia de uma dupla ameaça: estados totalitários e armas atômicas – uma ameaça apenas tornada pior através de sua conjunção – para descortinar sua percepção acerca da política.

⁷ Idem, LS.

⁸ Ver, v.g., BERNERS-LEE, Mike. **Não há Planeta B: um manual para evitar o fim do mundo**. São Paulo; Ed. Blucher, 2020. Esta frase tem origem no comediante Rob Newman (“There Is No Planet B: A history of the world backwards”) e ganhou popularidade através do ativismo ambiental e do trabalho de autores como Berners-Lee e Carmem Lima (**Não há Planeta B**. Lisboa: Chá das Cinco, 2020), enfatizando a urgência de proteger a Terra devido à falta de alternativas viáveis para a vida humana.

⁹ Cf. ARENDT, Hannah. “Europe and the Atom Bomb”. In: ARENDT, Hannah. **Essays in Understanding: 1930-1954**. Ed. J. Kohn. New York: Schocken Books, 1994, p. 418-422. Outra citação direta: “O segundo fato que torna necessária a questão é o monstruoso desenvolvimento dos meios modernos de destruição [...]. Aqui a questão não diz respeito apenas [à questão] da liberdade, senão da própria vida, da existência contínua da humanidade e talvez de toda vida orgânica na terra. A questão que surge aqui torna toda política problemática; ela torna duvidosa se a política e a preservação da vida s[er]iam mesmo compatíveis sob condições modernas”, todos os textos decorrentes de uma tradução livre, cf. Cf. ARENDT, Hannah. “Introduction into Politics”. In: ARENDT, Hannah. **The Promise of Politics**. Ed. J. Kohn. New York: Schocken Books, 2005, p. 108-109.

¹⁰ Cf. ARENDT, Hannah. “Karl Jaspers: A Laudatio”. In: **Men in Dark Times**. New York: Harcourt Brace & Company, 1993, p. 79.





Inexiste uma resposta inequívoca. Há, contudo, mais perplexidades que soluções para um quadro que voltou a piorar neste século XXI. Modelos da política que flertam com o totalitarismo, quando não o assumem na forma de uma extrema-direita, ou relações de força com o arsenal nuclear como uma sombra terrível, como no caso da guerra Rússia-Ucrânia na Europa, são parte de um cenário ainda mais complexo – a falta de cuidado com a casa comum. Tudo ameaça à paz!

O Papa Francisco também assinalava que, “com o passar do tempo, dou-me conta de que não estamos a reagir de modo satisfatório, pois este mundo que nos acolhe, está-se esboroando e talvez aproximando dum ponto de ruptura”¹¹. Aprofunda-se, de forma mais intensa, a sensação humana acerca dos limites e as formas de ameaça com 3 fenômenos simultâneos: crescimento da política totalitária, conflitos armados com o risco de eclodir o pesadelo atômico, e a crise climática. É nessa conjuntura que nos aproximamos da realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30. E as análises seguintes se dão sobre o seu contexto e suas possibilidades. Antes, um pouco da história das COPs.

2 – As Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Antes da existência das COPs (as Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC), ocorriam eventos como a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro (Rio-92) em 1992. Estes eventos foram fundamentais para conscientizar sobre os problemas ambientais, reconhecer as mudanças climáticas como um problema global e estabelecer o tratado da UNFCCC, que deu origem às COPs anuais iniciadas em 1995.

A COP, sigla para “Conferência das Partes” (*Conference of the Parties*), é um evento de importância global, realizado anualmente, que reúne líderes, autoridades e representantes de nações de todo o mundo para discutir e tomar medidas em relação às mudanças climáticas. A Conferência funciona como um

¹¹ FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica *Laudate Deum* do Santo Padre Francisco a todas as pessoas de boa vontade sobre a crise climática. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em 15 set. 2025. Aqui n. 2.





fórum crucial para a negociação de acordos e a definição de estratégias para lidar com as crescentes preocupações ambientais.

A COP surgiu como parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (do original em inglês, *United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC), elaborada durante a conferência Rio-92, também conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992. O Brasil, desde a sua origem, foi fundamental, tanto no campo diplomático, quanto na experiência da construção multilateral de posições.

A Convenção entrou em vigor em março de 1994, reconhecendo que o sistema climático é um recurso compartilhado, planetário, cuja estabilidade pode ser afetada por atividades humanas – industriais, agrícolas e pelo desmatamento – que liberam dióxido de carbono e outros gases – chamados gases de efeito estufa – que aquecem o planeta Terra.

A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção e reúne regularmente os países que assinaram e ratificaram a Convenção e o Protocolo de Kyoto. Suas decisões são soberanas e obrigam todos os signatários. Os países membros já se reuniram 29 vezes até hoje em conferências desse tipo, em diversos países. O Brasil é o próximo. O que ocorreu em termos de negociações (muitas) e decisões (poucas).

a) COP 1 - Berlim - 1995

A primeira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-1) ocorreu de 28 de março a 7 de abril de 1995, em Berlim, Alemanha. Nela, deu-se início ao processo de negociação de metas e prazos específicos para a redução de emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento não foram incluídos nesta reunião, levando-se em conta o princípio da Convenção que fala em “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Eram os primeiros passos para a criação do Protocolo de Kyoto.

A COP-1 também aprovou o desenvolvimento das Atividades Implementadas Conjuntamente (AIC), que seriam estabelecidas entre um país do Anexo I e outro de fora desse grupo, visando à implantação de projetos de suporte e transferência de tecnologia para facilitar o cumprimento de metas de mitigação.

b) COP 2 - Genebra - 1996





De 9 a 19 de julho de 1996, foi realizada em Genebra, Suíça, a segunda Conferência das Partes. Foi na COP-2, por meio da Declaração de Genebra, que as partes decidiram pela criação de obrigações legais de metas de redução. No que se refere à ajuda financeira, foi decidido que os países em desenvolvimento poderiam solicitar ajuda à Conferência das Partes, por meio do Fundo Global para o Meio Ambiente, a fim de desenvolverem programas que reduzissem as emissões de gases de efeito estufa.

c) COP 3 - Kyoto - 1997 - Assinatura do Protocolo de Kyoto

A terceira Conferência das Partes (COP-3) ocorreu de 1º a 10 de dezembro de 1997, em Kyoto, Japão. No encontro, foi adotado o Protocolo de Kyoto, que estabelece metas de redução para gases de efeito estufa para os países desenvolvidos, chamados "Países do Anexo I". De modo geral, as metas eram de 5,2% das emissões de 1990. Porém, Japão (-6%), Estados Unidos (-7%), e União Europeia (-8%) assumiram compromissos maiores. Os americanos acabaram não ratificando o acordo.

A entrada em vigor do acordo estava vinculada à ratificação por, no mínimo, 55 países que somassem 55% das emissões globais de gases de efeito estufa, o que ocorreu apenas em 16 de fevereiro de 2005, vencida a relutância da Rússia. Os Estados Unidos se retiraram do acordo em 2001.

d) COP 4 - Buenos Aires - 1998

De 2 a 13 de novembro de 1998, foi realizada em Buenos Aires, Argentina, a COP-4. A reunião centrou esforços na implementação e ratificação do Protocolo de Kyoto, adotado na COP-3. O plano de ação de Buenos Aires trouxe um programa de metas para a abordagem de alguns itens do Protocolo em separado: análise de impactos da mudança do clima e alternativas de compensação, atividades implementadas conjuntamente, mecanismos financiadores e transferência de tecnologia.

e) COP 5 - Bonn - 1999





Em 1999, a COP volta à Alemanha para a sua quinta edição, de 25 de outubro a 5 de novembro. O encontro teve como destaque a execução do Plano de Ações de Buenos Aires e as discussões sobre LULUCF (sigla em inglês para *Land Use, Land-Use Change and Forestry*; atividades que promovem a remoção de gás carbônico da atmosfera, ou seja, florestamento e reflorestamento). A COP-5 tratou ainda da execução de atividades implementadas conjuntamente em caráter experimental e do auxílio para capacitação de países em desenvolvimento.

f) COP-6-I - Haia - 2000

A sexta Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – Parte I (COP-6I) foi realizada de 13 a 24 de novembro de 2000, em Haia, Holanda. O encontro foi uma amostra da dificuldade de consenso em torno das questões de mitigação. A falta de acordo nas discussões sobre sumidouros, LULUCF, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, mercado de carbono e financiamento de países em desenvolvimento levaram à suspensão das negociações, especialmente pela falta de acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos em assuntos relacionados a sumidouros e às atividades de mudança do uso da terra.

g) COP 6-II – Bonn - 2001

No período de 16 a 27 de julho de 2001, foi realizada em Bonn, Alemanha, a segunda parte da sexta Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-6-II), na qual, após a saída dos Estados Unidos do Protocolo de Kyoto, foi aprovado o uso de sumidouros para cumprimento de metas de emissão e foram discutidos limites de emissão para países em desenvolvimento e a assistência financeira dos países desenvolvidos.

h) COP 7 - Marrakech - 2001

A COP-7 foi realizada de 29 de outubro a 9 de novembro de 2001, em Marrakech, Marrocos. A reunião teve como destaque dos Acordos de Marrakech a definição dos mecanismos de flexibilização, a decisão de limitar o uso de créditos de carbono gerados de projetos florestais do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo





e o estabelecimento de fundos de ajuda a países em desenvolvimento voltados a iniciativas de adaptação às mudanças climáticas.

i) COP 8 - Nova Delhi - 2002

De 23 de outubro a 1º de novembro de 2002, foi realizada em Nova Delhi, Índia, a COP-8. No mesmo ano da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), tem-se início a discussão sobre uso de fontes renováveis na matriz energética das Partes. O encontro também marcou a adesão da iniciativa privada e de organizações não-governamentais ao Protocolo de Kyoto e apresenta projetos para a criação de mercados de créditos de carbono.

j) COP-9 - Milão - 2003

A COP-9 ocorreu de 1º a 12 de dezembro de 2003, em Milão, Itália. O encontro discutiu a regulamentação de sumidouros de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estabelecendo regras para a condução de projetos de reflorestamento, que se tornam condição para a obtenção de créditos de carbono.

k) COP10 - Buenos Aires - 2004

Em Buenos Aires, Argentina, aconteceu de 6 a 17 de dezembro de 2004 a COP-10, na qual houve a aprovação de regras para a implementação do Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor no início do ano seguinte, após a ratificação pela Rússia. Outros destaques da COP-10 foram a definição dos Projetos Florestais de Pequena Escala (PFPE) e a divulgação de inventários de emissão de gases do efeito estufa por alguns países em desenvolvimento, entre eles o Brasil.

l) COP11 - Montreal - 2005

A 11ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-11) foi realizada em Montreal, Canadá, de 28 de novembro a 9 de dezembro de 2005, juntamente com a Primeira Conferência das Partes do Protocolo de Kyoto. Na pauta do encontro, entrou a discussão do





segundo período do Protocolo, após 2012, para o qual instituições europeias defendiam reduções de emissão na ordem de 20% a 30% até 2030, e entre 60% e 80% até 2050. Esta foi a primeira conferência realizada após a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto. Pela primeira vez, a questão das emissões oriundas do desmatamento tropical e a das mudanças no uso da terra são aceitas oficialmente nas discussões no âmbito da Convenção.

m) COP12 - Nairobi - 2006

A COP-12 ocorreu de 6 a 17 de novembro de 2006, em Nairóbi, Quênia, tendo como principal compromisso a revisão dos prós e contras do Protocolo de Kyoto, com um esforço das 189 nações participantes de realizarem internamente processos de revisão. As nações assumiram o compromisso de revisar o Protocolo de Kyoto e regras são estipuladas para o financiamento de projetos de adaptação em países pobres. O governo brasileiro propõe oficialmente a criação de um mecanismo que promova efetivamente a redução de emissões de gases de efeito estufa originadas a partir de desmatamentos em países em desenvolvimento.

n) COP 13 - Bali - 2007

Em Bali, Indonésia, foi realizada a COP-13, de 3 a 15 de dezembro de 2007. A reunião estabeleceu compromissos transparentes e verificáveis para a redução de emissões causadas por desmatamento das florestas tropicais para o acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto. Pela primeira vez, a questão de florestas é incluída no texto da decisão final da Conferência para ser considerada no próximo tratado climático, tendo os países um prazo até 2009 para definir as metas de redução de emissões oriundas do desmatamento em países em desenvolvimento pós-2012. Esse é um dos pontos que integram o processo oficial de negociação para o próximo acordo, cujas bases foram estabelecidas pelo texto final da COP-13, o que lhe valeu o apelido de "Mapa do Caminho". Também foi aprovada a implementação efetiva do Fundo de Adaptação, para que países mais vulneráveis à mudança do clima possam enfrentar seus impactos. Diretrizes para financiamento e fornecimento de tecnologias limpas para países em desenvolvimento entraram no texto final, mas não foram apontadas quais serão as fontes e o volume de recursos suficientes para essas e outras diretrizes destacadas





pelo acordo, como o apoio para o combate ao desmatamento nos países em desenvolvimento e outras ações de mitigação.

O consentimento dos países em desenvolvimento na questão do desmatamento abre espaço para que os Estados Unidos deixem de bloquear o Protocolo de Kyoto. Um dos argumentos para não ratificar o acordo era a falta de engajamento das Partes não-Anexo I nos compromissos de mitigação, mas a bastante criticada posição norte-americana de colocar empecilhos à Conferência de Bali colaborou para o principal revés do encontro: o adiamento para 2050 de metas compulsórias claras para redução de emissões, deixando de lado a proposta de metas entre 25% e 40% para 2020.

o) COP 14 - Poznan - 2008

Entre 1º a 12 de dezembro de 2008, ocorreu em Poznan, Polônia, a 14ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-14), na qual representantes dos governos mundiais reuniram-se para discussão de um possível acordo climático global, uma vez que na COP-13 chegaram ao consenso de que era necessário um novo acordo. O encontro de Poznan figurou apenas como um antecessor da esperada COP-15, e deu continuidade ao processo de negociações estabelecido pelo “Mapa do Caminho”, em 2007. Teve seu valor positivo não só na injeção de esperança de Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, mas também no que diz respeito à mudança oficial de postura dos países em desenvolvimento.

p) COP 15 – Copenhague – 2009

Na COP-15, realizada entre 7 a 19 de dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca, tentou-se buscar consenso em torno do chamado Acordo de Copenhague (AC). Tal feito, contudo, não foi aprovado pela totalidade dos 192 países membros da Convenção. Apesar de ser politicamente frágil, o AC representou um grande avanço no sentido de reconhecer a promoção de reduções de emissões resultantes de desmatamento e degradação florestal (REDD) como medida crucial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

O encontro era considerado o mais importante da história recente dos acordos multilaterais ambientais, pois tinha por objetivo estabelecer o tratado que substituirá o Protocolo de Kyoto, vigente de 2008 a 2012. Uma atmosfera de





expectativa envolvia a COP-15, não só por sua importância, mas pelo contexto da discussão mundial sobre as mudanças climáticas. Questões como o impasse entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para se estabelecer metas de redução de emissões e as bases para um esforço global de mitigação e adaptação, assim como o fim dos oito anos do governo Bush, que se recusou a participar das discussões e do esforço de combate à mudança do clima, prometiam mudanças, que não chegaram a ser concretizadas.

q) COP 16 – Cancún - 2010

A COP-16 aconteceu de 29 de novembro a 11 de dezembro de 2010, sem muitas expectativas, em Cancún, México. Contudo, uma série de acordos foram fechados. Entre eles, a criação do Fundo Verde do Clima, para administrar o dinheiro que os países desenvolvidos se comprometeram a contribuir para deter as mudanças climáticas – foram previstos US\$ 30 bilhões para o período 2010-2012 e mais US\$ 100 bilhões anuais a partir de 2020. Outro acordo foi a manutenção da meta fixada na COP-15 de limitar a um máximo de 2°C a elevação da temperatura média em relação aos níveis pré-industriais. No entanto, os participantes deixaram para decidir no encontro seguinte, em Durban (África do Sul), no final de 2011, o futuro do Protocolo de Kyoto, que expiraria em 2012.

Apenas a Bolívia, entre os 194 países presentes na COP-16, foi contra a aprovação dos acordos por considerá-los insuficientes. Foi na COP-16 que o Brasil lançou sua Comunicação Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa e anunciou a regulamentação da Política Nacional sobre Mudança do Clima através do Decreto nº 7.390, assinado pelo presidente no dia 9 de dezembro. Isto torna o Brasil a primeira nação a assumir formalmente e se auto-impor limites de reduções de emissões (no máximo 2,1 bilhões de CO₂ até 2020).

r) COP 17 – Durban – 2011

Realizada de 28 de novembro a 11 de dezembro de 2011, a COP-17 reuniu representantes de mais de 190 países em Durban, na África do Sul, que se comprometeram com ações para conter o aumento da temperatura no mundo. Ao reconhecerem a necessidade de variações para minimizar problemas decorrentes das mudanças climáticas, as economias concordaram em definir metas até 2015, que deveriam ser colocadas em prática a partir de 2020. Desta





forma, surgiu a Plataforma de Durban. Uma das principais expectativas da COP 17 era de prorrogar o Protocolo de Kyoto, que implantou metas de redução na emissão de gases de efeito estufa na atmosfera e se encerra em 2012.

s) COP 18 – Doha – 2012

A COP-18 foi realizada de 26 de novembro a 7 de dezembro de 2012, em Doha, no Catar. Após estourar o prazo limite, e adentrar pela madrugada, as negociações sobre as alterações climáticas terminaram com um acordo fechado às pressas entre os países participantes para combater o aquecimento global até 2020. Na tentativa de evitar um fracasso do encontro, o Catar apresentou um texto de compromisso para “intensificar os esforços”. Entre os pontos acordados estavam a extensão do Protocolo de Kyoto. No final da Cúpula, muitas questões importantes ficaram longe de serem resolvidas, como os detalhes da segunda fase do Protocolo de Kyoto e a assistência financeira aos países em desenvolvimento para lidar com o aquecimento global, centro de um impasse entre os países dos hemisférios Norte e Sul. A falta de envolvimento dos anfitriões para tentar destravar a negociação foi criticada por delegados, principalmente os da União Europeia.

t) COP 19 – Varsóvia - 2013

A grande tarefa da COP-19, entre 11 e 22 de novembro de 2013, em Varsóvia, Polônia, era preparar o terreno para a COP-21, em Paris. A COP-19 foi fundamental para discutir as bases que tecem o compromisso global do Acordo de Paris. O Brasil pôs em pauta na COP-19 a necessidade de se estabelecer um novo ordenamento financeiro internacional baseado em uma economia de baixo carbono. Uma das ideias era a criação de uma espécie de “moeda-carbono”, que remuneraria os países que reduzirem as emissões de gases de efeito estufa, equivalendo diferentes ações de compensação.

u) COP 20 – Lima - 2014

Realizada em Lima, no Peru, entre 1 a 12 de dezembro de 2014, a COP-20 chegou à aprovação de um conjunto de decisões essenciais para a negociação do novo acordo climático, aprovado na COP 21, em Paris. O documento final da COP-20 se adequou às exigências dos países emergentes e em desenvolvimento, entre os





quais o Brasil, e obteve consenso dos 195 países. Todas as 195 delegações estavam cientes de que o sucesso da COP de Paris dependia do documento de Lima. O documento de Lima, ao final, traçou as bases sobre as quais os 195 países apresentariam, ao longo do primeiro semestre, seus compromissos de redução de emissões e de adaptação à mudança climática.

v) COP 21 – Paris - 2015

Realizada em Paris, França, entre os dias 30 de novembro a 12 de dezembro de 2015, a COP-21 chegou a um acordo histórico, que pela primeira vez envolveu quase todos os países do mundo em um esforço para reduzir as emissões de carbono e conter os efeitos do aquecimento global. O ponto central do chamado Acordo de Paris, que valeria a partir de 2020, era a obrigação de participação de todas as nações – e não apenas países ricos – no combate às mudanças climáticas. Ao todo, 195 países membros da Convenção do Clima da ONU e a União Europeia ratificaram o documento. O objetivo de longo prazo do acordo é manter o aquecimento global “muito abaixo de 2°C”. Esse é o ponto a partir do qual cientistas afirmam que o planeta estaria condenado a um futuro sem volta de efeitos devastadores, como elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos (como secas, tempestades e enchentes), e falta de água e alimentos.

O texto faz referência a esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. Também define que os pontos do acordo serão revisados a cada cinco anos, para direcionar o cumprimento da meta de temperatura e dar transparência às ações de cada país.

Sobre a questão do financiamento climático, ou seja, quem irá pagar a conta das ações necessárias para o sucesso do acordo, acertou-se que países desenvolvidos irão bancar US\$ 100 bilhões por ano em medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento.

w) COP 22 – Marrakech – 2016

Após a COP 21, os signatários do Acordo de Paris voltam a se reunir com uma missão: agir. Entre os dias 7 a 18 de novembro de 2016, Marrakech, no Marrocos, recebeu a 22ª sessão da Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 22), com foco em atingir as prioridades do acordo relacionadas a adaptação, transparência, transferência de





tecnologias, mitigação, capacitação, e perdas e danos. Na COP-22, os países definiram 2018 como o prazo para começar a operacionalização do Acordo de Paris, colocando em prática compromissos essenciais para limitar o aumento da temperatura global. Destacaram-se ainda novas iniciativas como a *Under2 Coalition*, visando reduzir emissões, e a Marrakesh Vision, comprometendo países ao uso de energias renováveis.

Além disso, houve um foco em ações de adaptação e resiliência, exemplificado pelo lançamento do *Marrakech Investment Committee for Adaptation Fund*. A COP22 reafirmou a necessidade de ação coletiva e colaborativa.

x) COP 23 - Bonn - 2017

A COP-23 foi realizada em Bonn, Alemanha, de 6 a 18 de novembro de 2017, e destacou-se pelo fortalecimento das metas de energias renováveis e aumento do financiamento para a adaptação climática. Entre as iniciativas de destaque podemos listar o *Gender Action Plan*, que ressaltou o papel das mulheres no combate às mudanças climáticas, e a *Local Communities and Indigenous People's Platform*, que reconheceu a importância das comunidades indígenas nas ações climáticas. A conferência também marcou a consolidação de fundos para a proteção de florestas por países como Noruega, Alemanha e Reino Unido e suporte a pequenos agricultores, demonstrando um compromisso renovado com ações climáticas inclusivas e abrangentes.

y) COP24 - Katowice - 2018

A COP-24 foi realizada em Katowice, Polônia, de 2 a 15 de dezembro de 2018, e representou um marco na implementação do Acordo de Paris. Nesta edição, os países concordaram com um “livro de regras” detalhado, que estabeleceu como os governos mediriam e reportariam seus esforços de redução de emissões. Embora questões desafiadoras, como o aumento dos compromissos de corte de emissões e o apoio financeiro a países em desenvolvimento, tenham sido adiadas, houve avanços significativos. Dentre eles, destacam-se a adesão de 50 países à *Solidarity and Just Transition Silesia Declaration*, que enfatizou a necessidade de políticas de redução de emissões que incluam transições justas e a criação de empregos de qualidade.





Outros resultados notáveis incluem o fortalecimento da política de florestas para o clima e compromissos financeiros significativos de países e organizações para fundos climáticos e transição para energias renováveis.

z) COP 25 – Madrid (2019)

A COP-25 aconteceu em Madrid, Espanha, de 2 a 19 de dezembro de 2019, e enfatizou a necessidade urgente de intensificar a luta contra as mudanças climáticas, com um apelo no documento final para que os governos apresentassem novos e mais robustos compromissos de redução de emissões na COP-26. Alguns dos destaques foram o reconhecimento do papel crucial da ciência na orientação de políticas climáticas, a inclusão de questões como oceanos e uso do solo, e a aprovação de um novo Plano de Ação de Gênero. Contudo, a falta de consenso sobre a regulação dos mercados de carbono deixou o tema para discussão na próxima COP.

aa) COP 26 - Glasgow - 2021

Adiada por conta da pandemia de Covid-19, a COP-26 aconteceu somente de 1 a 12 de novembro de 2021, em Glasgow, Escócia, e foi marcada por compromissos significativos, como a promessa de eliminação progressiva dos combustíveis fósseis por grandes emissores como China, Índia, EUA e União Europeia. Além disso, a COP-26 finalizou o “livro de regras” do Acordo de Paris e estabeleceu novas regras para o mercado de carbono, marcando um avanço na estruturação das ações climáticas. O evento também colocou em foco a necessidade de intensificar esforços para limitar o aquecimento global a 1,5°C, estabelecendo um prazo para que os países revisem suas metas de emissões. Em contrapartida, não houve um plano claro para um mecanismo de financiamento de perdas e danos e apoio financeiro aos países em desenvolvimento.

bb) COP 27 – Sharm el-Sheikh - 2022

A COP-27 ocorreu em Sharm el-Sheikh, Egito, de 6 a 18 de novembro de 2022. Um marco significativo do evento foi a criação de um fundo para “perdas e danos”, destinado a ajudar países pobres afetados por desastres climáticos, uma proposta que encontrava resistência por parte dos países desenvolvidos. Além disso, embora





tenha havido algum progresso em manter a meta de aquecimento global de 1,5°C, as nações negociadoras apenas reafirmaram seus compromissos anteriores, sem apelos adicionais para reduções mais rápidas de emissões por grandes poluidores como China e Índia.

As discussões sobre combustíveis fósseis e metano progrediram, com a China comprometendo-se a reduzir as emissões de metano. No entanto, as negociações em torno de créditos de carbono não avançaram significativamente, mantendo brechas que permitem que poluidores continuem emitindo carbono enquanto afirmam cumprir metas internacionais.

cc) COP 28 – Dubai – 2023

A COP28, realizada em 2023 em Dubai, foi um marco na luta contra as mudanças climáticas, pois resultou no primeiro acordo global que incluiu a menção à necessidade de uma "transição para longe dos combustíveis fósseis", marcando o início do fim da era destes combustíveis, ainda que sem um cronograma definido. O evento celebrou o primeiro Balanço Mundial do Acordo de Paris, que avaliou o progresso dos países e reforçou a urgência de novas e ambiciosas metas climáticas para limitar o aquecimento global a 1,5 °C. Além disso, foram estabelecidos o "Fundo para Perdas e Danos" para ajudar os países mais vulneráveis a adaptarem-se às mudanças climáticas e um quadro para um objetivo global de adaptação. A se destacar a liderança do Brasil, em especial por meio da Ministra Marina Silva, além da definição do Primeiro Balanço Mundial (*Global Stocktake*) sobre o progresso em relação aos objetivos do Acordo de Paris, e quais os países atrasados, opção pela transição para longe dos combustíveis fósseis, sendo reconhecido, pela primeira vez, a necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis, como petróleo, gás e carvão, um passo importante para a mitigação do aquecimento global, a criação de um Fundo para Perdas e Danos, para ajudar os países em desenvolvimento a lidar com os impactos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos., além da definição do Objetivo Global de Adaptação, um quadro para estabelecer um objetivo global para a adaptação às mudanças climática.

dd) COP 29 – Baku – 2024





A COP29, realizada em novembro de 2024 em Baku, Azerbaijão, focou no financiamento climático e resultou num acordo para aumentar o financiamento de países em desenvolvimento para US\$ 300 bilhões anuais até 2035, triplicando a meta anterior de US\$ 100 bilhões. Embora o acordo tenha sido considerado um avanço, foi criticado por muitos por ser insuficiente e a reunião enfrentou dificuldades para atingir um consenso, com críticas à presidência do Azerbaijão e ao nível de participação de líderes mundiais. Nesta COP o Brasil assumiu a presidência designada da COP 30.

3 – Uma COP em um mundo em conflito e frente a uma emergência climática cada vez mais grave

Tudo está conectado. A realização da COP 30 no Brasil não é diferente e as suas relações com a conjuntura internacional se dão a partir de várias direções. Nos últimos 50 anos, as mudanças climáticas tornaram-se um tema central nas relações internacionais, uma vez que, a partir desse momento – quando as consequências se tornaram perceptíveis –, concretizou-se o consenso entre todas as nações de que esse era um problema global que afetaria todos igualmente. Todavia, os cientistas começaram a alertar que gases poderiam reter calor na atmosfera desde o século XIX. Em 1890, o cientista sueco Svante Arrhenius mostrou empiricamente que queimar combustíveis fósseis poderia aquecer o planeta¹². Os especialistas, contudo, foram ignorados durante muitos anos, em prol do sistema de produção capitalista.

Tal cenário, entretanto, mudou com a conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, quando os países adotaram uma declaração conjunta que estabeleceu princípios para a preservação do meio ambiente e um plano de ação de caráter recomendatório para medidas ambientais internacionais. Incluindo uma seção identificando os principais gases poluentes, essa seria a primeira vez que uma declaração era emitida por governantes cunhando o termo “mudanças climáticas”¹³.

¹² Ver ARRHENIUS, Svante. "Über die Wärmeabsorption Durch Kohlensäure und Ihren Einfluss auf die Temperatur der Erdoberfläche." **Förhandlingar Svenska Vetenskapsakademiens** 58: 25-58, 1901; ARRHENIUS, Svante. "Über Die Wärmeabsorption Durch Kohlensäure." **Annalen der Physik** 4: 690-705, 1901.

¹³ Cf. AZEVEDO, Carolina; SANTOS, Maria Clara Santos. **A COP 30 e sua falta de cooperação**. Laboratório de Análise Internacional Bertha Lutz. Disponível em <https://laibl.com.br/a-cop-30-e-sua-falta-de-cooperacao/>. Acesso em 15 set. 2025.





Apesar de, atualmente, ser um consenso entre climatologistas, economistas e a população mundial o fato de que o aquecimento global é uma preocupação de caráter socioeconômico, que causa perdas tão catastróficas quanto a fome e a pobreza, em 1974, o cenário era diferente. Naquele ano, Henry Kissinger, então secretário de estado americano, alegou, em um relatório secreto para a CIA, que o clima, especialmente no que tangia o acesso a recursos hídricos, seria uma questão central para o governo e deveria ser levado em consideração nas estratégias geopolíticas americanas¹⁴.

Da mesma forma que muitos não avaliaram as ponderações de Kissinger, no século passado da política americana, o atual governo dos Estados Unidos, por exemplo, decidiu, a partir do presidente Donald Trump, a se retirar do acordo (pela segunda vez), afirmando que os Estados Unidos da América (EUA) não seguiriam as NDCs (*Nationally determined contributions*) ou Contribuições Nacionalmente Determinada (CNDs)¹⁵ submetidas pelo governo Biden, pois focariam na exploração de combustíveis fósseis.

A postura negacionista do presidente desconsidera os importantes impactos das mudanças climáticas no cenário global, que afetam inclusive os EUA. A gravidade da situação pode implicar mudanças no conceito de soberania, no direcionamento de políticas externas, no estabelecimento de acordos e alianças e no funcionamento de organizações internacionais.

Com inúmeras nações sob o risco de perderem parte de seu território ou, simplesmente, desaparecerem devido ao aumento do nível dos oceanos, o conceito de soberania é posto à prova. Um exemplo recente é o caso de Tuvalu,

¹⁴ Cf. BRAVENDER, Robin. **Kissinger's 1974 climate warning.** Disponível em: <https://subscriber.politicopro.com/article/eenews/2023/11/30/kissingers-1974-climate-warning-00129330>. Acesso em 15 set. 2025.

¹⁵ As NDCs são compromissos que os países assumem para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa como parte da mitigação das mudanças climáticas. Esses compromissos incluem as políticas e medidas necessárias para atingir as metas globais estabelecidas no Acordo de Paris. O Acordo de Paris tem uma meta de temperatura de longo prazo que consiste em manter o aumento da temperatura da superfície global bem abaixo dos 2 °C acima dos níveis pré-industriais. O tratado também estabelece que, preferencialmente, o limite do aumento deve ser de apenas 1,5 °C. Para atingir esta meta de temperatura, as emissões de gases com efeito de estufa devem ser reduzidas o mais rapidamente possível e tanto quanto possível. Poucos países apresentaram até agora suas metas de cortes de emissões de gases de efeito estufa até 2035 – todos deveriam ter feito isso até 10 de fevereiro de 2025. União Europeia, China e Índia estão entre os que estão atrasados na entrega de novas NDCs. São as NDCs que demonstram o compromisso de cada país com a descarbonização, orientando as políticas internas e os investimentos. Há dificuldades. O prazo para entrega das NDCs foi adiado de fevereiro para setembro de 2025, mas até agora (19/09/2025) só 38 de 193 países o fizeram.





uma nação insular que pode desaparecer em alguns anos e tem recorrido à tecnologia para arquivar documentos importantes e preservar sua história. Entretanto, o maior problema consiste no deslocamento da população decorrente dos desastres climáticos. Outras implicações dizem respeito à Lei Internacional, uma vez que as definições do espaço – tanto continental, quanto marítimo –, e, consequentemente, os critérios de aplicação da lei, estão sendo desafiados.

O cenário de crise também é palco da formação de novas alianças entre nações, como o Diálogo de Cartagena, o *Renewables Club* ou *Carbon Neutrality Coalition*, baseados em pactos voluntários, em que os membros se reúnem apenas para estabelecer ideias comuns e prestar apoio mútuo em seus ideais, sem a presença de um órgão vinculativo. Essa tendência, em que medidas regulatórias são substituídas por discussões de caráter recomendatório e não-vinculativo, amplia os conceitos e métricas de modo a relativizar a discussão. Em um contexto em que as normas são subjetivas e difíceis de serem contabilizadas, como ocorre com as mudanças climáticas, países e iniciativa privada veem uma abertura para a hipocrisia climática e, principalmente, para o *greenwashing*¹⁶ e outros tipos de propaganda.

A prática do *greenwashing* configura um grande obstáculo no combate às mudanças climáticas. Ao apresentar soluções falsas ou ineficientes, os agentes levam os cidadãos a acreditarem que estão fazendo mais para proteger o meio ambiente do que, de fato, estão. Nesse escopo, a propagação de salvagens ilusórias distrai a população e atrasa resultados concretos. Essa prática desleal pode se manifestar em algumas táticas, como promessas de reduzir as emissões de carbono, sem um plano de ação realista, com termos propositalmente vagos; usar rótulos como “verde” ou “sustentável”, que não possuem critérios de regulação; etc.

O panorama dos impactos das mudanças climáticas na geopolítica global permite a inferência de que as bases das relações internacionais estão sendo impactadas. Por mais de um século, por exemplo, o petróleo foi determinante para as relações

¹⁶ *Greenwashing* é uma prática de marketing enganosa em que empresas ou organizações disfarçam suas atividades ou produtos como sendo mais ecológicos e sustentáveis do que realmente são, com o objetivo de melhorar sua imagem e reputação perante o público e os consumidores. Essa estratégia visa capitalizar a crescente preocupação ambiental, mas sem implementar ações concretas que justifiquem a suposta “sustentabilidade”, muitas vezes utilizando linguagem vaga, certificados falsos ou dados manipulados. O Papa Francisco tratou assim, na sua Encíclica *Laudato si'*: “(...) ao mesmo tempo cresce uma ecologia superficial ou aparente que consolida um certo torpor e uma alegre irresponsabilidade”.





de poder entre os países, sendo inclusive o motor de diversas disputas, incluindo a Revolução Iraniana e a Guerra do Golfo. Em um sistema acostumado com o paradigma de que dinheiro é poder, uma mudança na origem da fonte de riqueza dos países ameaça toda a estrutura hierárquica na diplomacia, em um jogo de destruição e construção de reputações no qual um dos tabuleiros é a COP.

É neste contexto que, além das tensões, dos conflitos, das guerras e das desigualdades econômicas, dentre tantos desafios mundiais, a emergência climática coloca o tema do multilateralismo numa encruzilhada¹⁷. As ações multilaterais representam um mundo que aposta no consenso, na ciência e no enfretamento dos problemas por meio do diálogo, entre os quase 200 países que fazem parte do sistema das Nações Unidas.

E não é apenas Donald Trump e os EUA que pioram o quadro. Em 2017 ele também rompeu com o Acordo de Paris. Mas o contexto era outro, com um ambiente internacional mais positivo. As disputas são internas e internacionais, com um crescimento do autoritarismo e o aumento da “loucura totalitária”, com o negacionismo de setores econômicos, com o recuo de muitos países em seus compromissos para deter o aquecimento do planeta.

As contradições estão à mostra e, quando a implementação dos acordos climáticos exige que quem mais emite e emitiu gases de efeito estufa ceda mais e contribua mais o caso fica ainda mais complexo. É o que os movimentos sociais chamam mais amplamente de “justiça climática” e as negociações do clima de “transição justa” – tema de um grupo de trabalho criado sob o Acordo de Paris que não conseguiu aprovar nenhum documento na COP de 2024, em Baku, no Azerbaijão. A resistência a ceder – e a superar o que a ministra Marina Silva chamou, na COP29, de “modelos insustentáveis de desenvolvimento” – se reflete no cabo de guerra geopolítico e também, internamente, no Brasil, o país-anfitrião da conferência que marca os dez anos do Acordo de Paris¹⁸.

¹⁷ Veja-se a afirmação do Papa Francisco, na *Laudate Deum*: “37. Mais do que salvar o velho multilateralismo, parece que o desafio hoje seja redesenhá-lo e recriá-lo à luz da nova situação global. Convido-vos a reconhecer que «muitos grupos e organizações da sociedade civil ajudam a compensar as debilidades da Comunidade Internacional, a sua falta de coordenação em situações complexas, a sua carência de atenção relativamente a direitos humanos fundamentais». A propósito, o processo de Otava contra o uso, a elaboração e o fabrico das minas antipessoais é um exemplo que demonstra como a sociedade civil e as suas organizações sejam capazes de criar dinâmicas eficazes que a ONU não consegue. Assim o princípio de subsidiariedade aplica-se também à relação global-local”. LD, n. 37.

¹⁸ Cf. ANTUNES, Cláudia. A COP30 e o desafio de um mundo que não age junto. **SUMAÚMA**. Disponível em <https://sumauma.com/a-cop30-e-o-desafio-de-um-mundo-que-nao-age-junto/>. Acesso em 15 set. 2025.





A questão do financiamento – que deve ser complementado pela colaboração tecnológica – ilustra bem os limites atuais do multilateralismo. Os acordos climáticos são baseados no princípio da “responsabilidade comum, porém diferenciada”, significando que a maior responsabilidade recai sobre os países materialmente ricos e poluidores históricos, que são basicamente os Estados Unidos, o Japão e as nações europeias. Nas conferências do clima, esse princípio continua sendo esgrimido pelos países classificados como “em desenvolvimento”, entre eles a China, que é o maior emissor atual de gases de efeito estufa em termos absolutos (mas não por habitante). Em Baku, a China pela primeira vez botou números na mesa, ainda que não auditados de forma independente, afirmando ter entregado 24,5 bilhões de dólares (142 bilhões de reais) em financiamento climático desde 2016. Ao mesmo tempo, os chineses não aceitam que sua contribuição financeira seja tratada como uma obrigação dentro do Acordo de Paris.

Alegando a saída dos Estados Unidos, a invasão da Rússia na Ucrânia e o avanço da extrema direita no continente, a União Europeia não quer se comprometer com mais financiamento. Mesmo antes de Trump, as contribuições dos Estados Unidos para o financiamento climático sempre ficaram aquém de sua condição de maior economia do mundo e de sua contribuição histórica para o aquecimento do planeta. Uma estimativa feita pelo *World Resources Institute* (WRI)¹⁹, baseada nessas duas variáveis, indicou que o governo estadunidense deveria contribuir com 42% do financiamento, com a China e a Alemanha num distante segundo lugar, com 6% cada. Uma análise do *Carbon Brief* (CB), um site especializado em clima e energia, mostrou que, após um aumento anunciado pelo ex-presidente Joe Biden, para 11 bilhões de dólares por ano, a contribuição do país ficou em 8% do total²⁰. Boa parte desse dinheiro já foi cancelada por Trump, e o restante está na mira dele. Para contornar essas dificuldades, o governo brasileiro levou a discussão climática para o BRICS, o grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e que recentemente incorporou mais seis países: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã²¹. Neste ano, o Brasil ocupa a presidência do BRICS,

¹⁹ WRI. **How to Fund National Climate Action**. Disponível em <https://www.wri.org/paying-for-paris>. Acesso em 15 set. 2025.

²⁰ CB. **US: Joe Biden's legacy on climate and energy**. Disponível em <https://www.carbonbrief.org/daily-brief/us-joe-bidens-legacy-on-climate-and-energy/>. Acesso em 15 set. 2025.

²¹ Que possui cerca de 50% da população mundial e representa, aproximadamente, 40% de todo o PIB global.





cuj a cúpula anual ocorreu em julho, no Rio de Janeiro²², dentre outros temas, endossou a Agenda de Liderança Climática do BRICS. Em fevereiro de 2025, na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD), os países do grupo atuaram pela primeira vez como um bloco negociador e contribuíram para destravar um acordo sobre financiamento que havia ficado bloqueado na conferência sobre a biodiversidade de Cali, na Colômbia, no ano passado (os Estados Unidos não são parte desse tratado).

Vários países do BRICS têm condições de contribuir para o financiamento da ação climática, como, além da China, Arábia Saudita e Emirados Árabes. Indonésia e Brasil têm peso no debate sobre florestas. Alguns, incluindo a China e o Brasil, desenvolvem tecnologias para a transição energética. Porém três deles – Arábia

²² Ver a **Declaração de Líderes do BRICS** – Rio de Janeiro, de 06 de julho de 2025: “81. Ressaltamos nosso compromisso com o multilateralismo, necessário para enfrentar os desafios que ameaçam nosso planeta e futuro comum, como a mudança do clima. Assumimos o compromisso de permanecermos unidos no esforço de realizar o propósito e as metas do Acordo de Paris e os objetivos da UNFCCC, e conclamamos todos os países a honrarem seu compromisso existente em sendo Partes da UNFCCC e de seu Acordo de Paris e a manterem e ampliarem seus esforços para combater a mudança do clima. Reafirmamos ainda nosso firme compromisso de, em busca do objetivo da UNFCCC, enfrentar a mudança do clima ao fortalecer a implementação plena e efetiva do Acordo de Paris, inclusive seus dispositivos relativos à mitigação, adaptação e provisão de meios de implementação aos países em desenvolvimento, refletindo equidade e o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais. Nesse sentido, expressamos nosso total apoio à Presidência da COP30 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que terá lugar na cidade de Belém, no Brasil, destacando a importância da ação e da cooperação em todos os pilares da UNFCCC, conforme aplicável, considerando a condição de Parte de cada país e seus compromissos decorrentes. Também sublinhamos nosso total compromisso com uma COP30 bem-sucedida, que impulsionará o progresso na implementação da UNFCCC e de seu Acordo de Paris. Saudamos a candidatura da Índia a sediar a COP33 em 2028”. Disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025. Acesso em 15 set. 2025. Ver sobre as relações do BRICS e as questões multilaterais, PETRELLI, Matheus. **As relações entre Brasil e Índia a partir do nexo multilateral: da Conferência de Bandung à Cúpula do BRICS de 2025**. Destaca-se: “O atual contexto apresenta uma tendência de transição de um sistema, praticamente, unipolar – sob liderança, direta ou indireta, dos EUA – para um multipolar. A partir desse novo cenário, blocos que reúnem as principais potências emergentes, como IBAS, G4, BASIC e Brics, aumentam o poder de influência internacional de seus membros. A cúpula do Brics de 2025, realizada no Brasil, por exemplo, marcou o compromisso dos membros com o multilateralismo e a reforma da governança global. Países como o Brasil e a Índia, que postulam por maior protagonismo e convergem em diversas agendas, utilizam esses blocos e coalizões para alcançarem posições de maior relevância no processo decisório do sistema internacional. Dessa maneira, compreender o histórico da relação indo-brasileira se torna essencial para analisar o presente e, ainda mais necessário, para projetar novas parcerias em um futuro, no qual o Sul-global ganha cada vez mais relevância”. Disponível em <https://www.braziloffice.org/pt/artigos/as-relacoes-entre-brasil-e-india-a-partir-do-nexo-multilateral-da-conferencia-de-bandung-cupula-do-brics-de-2025>. Acesso em 15 set. 2025.





Saudita, Irã e Emirados Árabes – são membros da Opep, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Rússia, Brasil e China, além disso, estão entre os dez maiores produtores petrolíferos.

No acordo deste ano na Organização Marítima Internacional, um organismo da ONU, para a descarbonização da navegação, o BRICS se dividiu: Brasil, Índia, África do Sul e China votaram a favor, enquanto Arábia Saudita, Rússia, Emirados e Irã foram contra. Ainda assim, o acordo teve o apoio de uma maioria, apesar do boicote dos Estados Unidos. Agora, a ministra Marina Silva vem insistindo em que a COP de Belém deve aprovar um “mapa do caminho” para a eliminação dos combustíveis fósseis, mas ainda é preciso que o comando brasileiro da conferência formalize essa proposta.

De toda forma, apesar dos entraves e de muitas questões, como a difícil logística de Belém do Pará²³, a muita expectativa e mobilizações da sociedade civil brasileira e internacional sobre a primeira COP na Amazônia e a primeira em um país democrático em quatro anos. O que conta para essa expectativa, além disso, é o fato de que os efeitos da mudança do clima deixaram de ser uma previsão dos cientistas para chegar ao cotidiano de milhões de pessoas. As emissões de gases de efeito estufa, que deveriam diminuir ano a ano, continuam aumentando. É a partir deste campo internacional que se pode oferecer alguns dos principais cenários da COP 30.

4 – Cenários para a COP 30 no Brasil

A COP 30 representa um marco simbólico e estratégico no debate climático global. No entanto, como qualquer evento internacional dessa magnitude, a conferência suscita elogios, expectativas e também críticas relevantes.

4.1. Aspectos positivos e potenciais

- a) Sede na Amazônia: realizar a COP 30 em Belém é um gesto político forte. Colocar a floresta amazônica – um dos biomas mais importantes do planeta – no centro das decisões climáticas tem grande valor simbólico e prático. É

²³ Conforme dados oficiais, os preparativos para a COP30 avançam e 79 países já confirmaram hospedagem (em 15 de setembro de 2025). Fonte: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/preparativos-para-a-cop30-avancam-e-79-paises-ja-confirmaram-hospedagem>.





uma forma de descentralizar o debate, historicamente dominado por países do Norte Global.

- b) Protagonismo do Sul Global: a escolha do Brasil como anfitrião pode abrir espaço para que países em desenvolvimento exponham suas demandas históricas: justiça climática, financiamento climático, e transferência de tecnologia. Pode também reforçar a necessidade de considerar as diferentes responsabilidades históricas na emissão de gases de efeito estufa.
- c) Pressão por resultados concretos: a COP 30 acontece no momento em que os países terão que revisar e apresentar novas NDCs para 2035, o que aumenta o potencial de compromissos mais ambiciosos, especialmente se houver pressão diplomática bem articulada.

4.2. Críticas e desafios

- a) Risco de “greenwashing institucional”: existe o perigo de a COP 30 ser usada como uma vitrine verde para governos e corporações que continuam atuando em desacordo com práticas sustentáveis. O Brasil, por exemplo, apesar dos avanços no combate ao desmatamento sob algumas gestões, ainda convive com projetos de mineração, expansão de infraestrutura e pressão sobre territórios indígenas.
- b) Infraestrutura e logística de Belém: embora seja uma grande decisão levar o evento para a Amazônia, Belém enfrenta desafios estruturais significativos (saneamento, transporte, hospedagem, acesso digital). Há o risco de que o evento beneficie mais as elites políticas e empresariais do que a população local – ou até mesmo prejudique a cidade com um processo de “maquiagem urbana” superficial.
- c) Resultados insuficientes nas COPs anteriores: a COP 30 carrega o peso da frustração com edições passadas, onde acordos foram frequentemente pouco vinculantes ou vagos. Há uma crescente desconfiança global sobre a eficácia das COPs, que reúnem líderes mundiais, ONGs e muitas corporações sem garantias de compromissos mensuráveis e fiscalizáveis.
- d) Espaço limitado para comunidades tradicionais: apesar do discurso sobre inclusão, muitas conferências anteriores limitaram o acesso real de povos indígenas e comunidades tradicionais aos processos de decisão. A COP 30 pode repetir esse padrão, marginalizando quem vive na Amazônia em nome de uma “diplomacia climática” distante da realidade local.





O Brasil é um ator relevante neste campo ambiental. E até a próxima COP será o protagonista pelas regras das Nações Unidas. O país possui credenciais reconhecidas na área climática e tem uma abordagem pragmática, a partir de sua diplomacia: a prioridade é que (a) tenhamos uma COP 30 com decisões e ações efetivas no enfrentamento à mudança do clima; e (b) que haja maior participação da sociedade civil nos diálogos. A posição do país na transição energética e, apesar dos anos recentes, com a preservação de suas florestas são destaques das características próprias do Brasil, que contribuem para o combate à mudança do clima.

A COP30 também é parte de um ciclo de presidências internacionais do Brasil em grandes eventos, que iniciou no G20, em 2024, e com o BRICS, neste ano, que enfatizou a proposta de um desenvolvimento sustentável, com combate à pobreza e à mudança do clima. Fruto desse processo, será lançado, durante a Conferência, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), que pretende remunerar países que conservarem suas florestas. O país também fomentou a discussão sobre esta agenda no G20 e no BRICS, com a criação, por exemplo, no G20, de força tarefa específica para a questão sobre o melhor financiamento para o combate à mudança do clima.

Dentre a diversidade social e os importantes biomas do país, há um especial destaque para a Amazônia, não somente a brasileira, mas a chamada Pan-Amazônia, com seus territórios e seus povos. É nela que ocorrerá a COP 30. A floresta amazônica, considerada um dos principais reguladores climáticos do planeta, pode ultrapassar o chamado “ponto de não retorno”. O conceito foi formulado pelos cientistas Thomas Lovejoy e Carlos Nobre em 2018, ao alertarem que, caso o desmatamento atingisse entre 20% e 25% da área total, a Amazônia perderia a capacidade de se autorregenerar, caminhando para um processo de savanização²⁴. Nesse processo, a floresta seria substituída por uma flora mista entre

²⁴ Cf. LOVEJOY, Thomas E.; NOBRE, Carlos, “Amazon Tipping Point” (Editorial). **Science Advances**, vol. 4, 2, 21/II/2018. No editorial, o ponto crítico no processo de desestabilização do bioma amazônico, susceptível de fazê-lo transitar para uma vegetação não florestal, não é atingido, como antes se supunha, com um nível de desmatamento de 40% da área da floresta, mas com um desmatamento de apenas 20% a 25% dessa área, ou seja, uma extensão muito próxima da que já foi desmatada por corte raso nos últimos cinquenta anos. Duas consequências são destacadas pelos dois cientistas: (a) impactos na agricultura, dado que a contribuição da umidade da floresta para “a agricultura brasileira ao sul da Amazônia é complexa, mas não trivial”; (b) diminuição da contribuição da umidade proveniente da Amazônia para os “reservatórios urbanos” do Sudeste do Brasil, que desceram a níveis críticos em 2014-2015. No que se refere ao Sudeste, por modesta que





serrado e savana africana, com grande impacto na circulação de umidade na América do Sul.

A única saída para um país com as riquezas, as contradições, o porte e o papel do Brasil é apostar no fortalecimento do multilateralismo das relações internacionais, especialmente por meio de realizações como uma COP. E compreender que o evento é um momento, mas não representa apenas “o momento”. Há o antes, o durante e o depois (talvez a fase mais importante). É fundamental saber que nessas experiências o ótimo é inimigo do bom, e o mais importante é a continuidade dos diálogos de todos e das iniciativas permanentes em busca do cuidado com a Casa Comum.

O governo brasileiro fala de uma COP da implementação das decisões. Desde o Acordo de Paris, já são 10 anos de decisões importantes, mas ainda precisam ser implementadas de forma concreta. Mais que declarações bonitas, desde a mudança de hábitos no cotidiano das pessoas, das empresas e dos governos, em termos de políticas públicas, cabe uma atitude permanente e não meramente um tema de uma reunião que se esquece no dia seguinte.

Como tudo, há oposições de várias formas. De muitos lados, há uma espécie de boicote, uma diminuição da importância e uma disputa social. Os “inimigos” das COPs evidenciam negacionismo, desinformação, críticas em forma de uma intransigência deliberada²⁵, argumentos fundamentalistas²⁶ e preconceitos sobre a possibilidade de uma cidade como Belém ou de uma região como a Amazônia realizar um evento deste porte.

seja a contribuição da floresta amazônica para as chuvas nessa região do país, preservá-la pode ser decisivo para evitar o colapso do sistema Cantareira no próximo período de estiagem. O declínio da grande floresta causado pela associação entre agronegócio amazônico e capitalismo global não significa, portanto, “apenas” o empobrecimento e a fragilização da vida no planeta. Ele significa também uma precarização (no limite, uma inviabilização) socioeconômica das diversas regiões do país beneficiárias da umidade dos “rios voadores” lançados à atmosfera pela evapotranspiração da floresta.

²⁵ É de se recordar o livro clássico de Albert O. Hirschman, “A Retórica da Intransigência” em que o seminal sociólogo descreve os três argumentos principais usados para opor-se a reformas e mudanças sociais: a tese da perversidade (a reforma levará a um resultado oposto ao desejado), a tese da futilidade (a reforma não terá efeito nenhum) e a tese da ameaça (a reforma destruirá conquistas anteriores). Hirschman analisa como esses argumentos, repetidos por conservadores e reacionários, buscam impedir o diálogo e a deliberação democrática, criando um discurso que pode minar a própria sociedade que tenta preservar. Ver HIRSCHMAN, Albert. **A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

²⁶ Ver KANE, John V.; PERRY, Samuel L. Kane, J.V., Perry, S.L. Belief in divine (versus human) control of earth affects perceived threat of climate change. **NPJ CLIM. ACTION** 3, 78 (2024). Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/655491-como-as-crencas-religiosas-influenciam-a-percepcao-das-mudancas-climaticas>. Acesso em 15 set. 2025.





Em certa medida, e para muitas das experiências religiosas, é importante destacar que vários estudos indicam que há uma “via de mão dupla: da mesma forma que diferentes religiões podem e têm contribuído para que essa ou aquela ameaça ao meio ambiente se torne algo mais saliente do ponto de vista moral, ou ainda para que essa ou aquela causa dos desequilíbrios climáticos se torne mais ou menos ultrajante, as próprias cosmologias religiosas passam a ser, de certa maneira, ‘recicladas’ na medida em que suas doutrinas e mandamentos vão se ‘esverdeando’, e isso tende a gerar uma série de tensões e conflitos cuja repercussão é decisiva para a alavancagem ou obstrução desse processo”²⁷.

Mesmo quando há completa oposição à pauta socioambiental, entre os cristãos, ela não é oferecida de forma direta, mas quase sempre por meio de expedientes camuflados. Assim, v.g., é muito raro encontrar organizações antiambientalistas que, por exemplo, contraponham-se explicitamente ao princípio de que os fiéis devem “cuidar da criação”. Na verdade, assim como algumas lideranças e grupos políticos propõem medidas autoritárias ao mesmo tempo em que reivindicam um alinhamento com os valores da democracia, na maioria das vezes tais organizações conjugam uma “defesa” do cuidado da criação com desinformações acerca dos problemas ambientais, conspiracionismos, estratégias de neutralização e redirecionamento de responsabilidades²⁸.

Dentre os pactos existenciais que estamos exigidos, como forma de caminhar, talvez se imponha como um deles o reconhecimento da gravidade extrema dessa crise ambiental e o alcance de suas consequências. Estaremos no meio caminho andado, pois o resto virá como implicação inevitável dessa tomada de consciência.

5 – Os principais temas na disputa e suas consequências

²⁷ Cf. DOS SANTOS, Renan William. **Reconfigurações do ecossistema religioso diante da crise climática global**. UERJ, Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC). Cadernos do OIMC nº 11/2024. Disponível em <https://obsinterclima.eco.br/wp-content/uploads/2024/05/Caderno-11-2024-3.pdf>. Acesso em 15 set. 2025.

²⁸ Ver KEARNS, Laurel. Cooking the truth. In: KEARNS, Laurel e KELLER, Catherine (orgs.), **Ecospirit**. New York: Fordham University Press, 2007. p. 97-124. HEMPEL, Lynn; MACILROY, Kelsea; SMITH, Keith. Framing the Environment: The Cornwall Alliance, Laissez-faire Environmentalism, and the Green Dragon. **Journal of the Sociology and Theory of Religion**, (3)1: 2-31, 2014; VELDMAN, Robin Globus; SZASZ, Andrew e HALUZA-DELAY, Randolph. Social Science, religions, and climate change. In: VELDMAN, Robin Globus; SZASZ, Andrew; e HALUZA-DELAY, Randolph (orgs.). **How the World's Religions are Responding to Climate Change**. New York: Routledge, 2016, p. 3-19.





A COP 30 tem potencial para ser uma conferência histórica, tanto pelo local quanto pelo momento político-climático. No entanto, esse potencial só será realizado se houver:

- a) Compromissos concretos e ambiciosos com cortes de emissões, especialmente dos grandes emissores;
- b) Financiamento climático efetivo para países em desenvolvimento;
- c) Garantia de protagonismo de comunidades locais e povos tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinho, das mulheres, dos movimentos sociais, não só como símbolo, mas como agentes políticos;
- d) Transparência e fiscalização dos compromissos firmados;
- e) Justiça climática.

Caso contrário, a COP 30 corre o risco de ser mais uma conferência marcada por promessas vazias, discursos alinhados e ações insuficientes para enfrentar a crise climática que já afeta milhões de pessoas. Para tanto, foi proposto pelo Brasil e está a ser desenvolvida uma Agenda de Ação da COP 30. Ela visa a inaugurar uma estrutura capaz de mobilizar todos os atores e esforços para acelerar a implementação do que já foi negociado, conforme o primeiro Balanço Global (GST-1)²⁹.

Vejamos a figura 2, os seis eixos temáticos do GST-1:

FIGURA 2

²⁹ O Balanço Global é a ferramenta do Acordo de Paris que, em ciclos de 5 anos, avalia o progresso na implementação de seus objetivos e orienta um plano de ação global.





Fonte: COP 30, Brasil Amazônia, Belém 2022. Site oficial³⁰.

A Presidência da COP30 propõe, portanto, traduzir os resultados do Balanço Global nesses seis grandes eixos temáticos e trinta objetivos-chave, que serão impulsionados por múltiplas soluções. A Agenda de Ação oferece ainda uma

³⁰ Disponível em <https://cop30.br/pt-br>.





oportunidade para que a COP 30 apoie os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com soluções que promovam a justiça climática, combatam a fome e a pobreza e abordem as desigualdades estruturais, incluindo as de gênero, raça e condições socioeconômicas, conforme a figura 3:

FIGURA 3



Fonte: COP 30, Brasil Amazônia, Belém 202. Site oficial³¹.

³¹ Idem.





6 – Como contribuir com a COP 30

Nada mais importante do que a mobilização. E nisto a sociedade brasileira tem uma longa tradição quando o assunto é o meio ambiente. Se de um lado, ela ocorrerá neste novembro, as ações que dela se pode continuar e/ou despertar são permanentes, como o fortalecimento das capacidades locais, o apoio do fortalecimento de lideranças comunitárias, para que tenham voz ativa nas discussões globais, o incentivo a soluções de impacto socioambiental, a garantia de condições para que sejam desenhadas tecnologias sociais que articulem as temáticas da agenda climática e do enfrentamento à pobreza e que preferencialmente sejam desenvolvidas em conjunto aos povos em suas realidades, a ampliação do diálogo entre governos, empresas e sociedade civil para implementação de políticas e projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre tantos outros.

Há iniciativas importantes e vamos destacar um pequeno universo. Antes, porém, uma nota metodológica. São experiências e realidades que, quase sempre, estão conjuminadas, imbricadas, tudo junto e misturado, respeitando as suas características e as dimensões próprias de cada ação: a Igreja Católica e a sociedade civil.

6.1. A Igreja Católica

A Igreja Católica possui uma longa tradição quando o tema é meio ambiente, desde o anúncio da Palavra na Bíblia³², como em muito de seus exemplos e do seu

³² “O Senhor quis o ser humano como Seu interlocutor: somente no diálogo com Deus a criatura humana encontra a própria verdade, da qual extrai inspiração e normas para projetar a história no mundo, um jardim que Deus lhe deu para que seja cultivado e guardado (cf. Gn 2,15). Nem o pecado elimina tal tarefa, mesmo agravando com dor e sofrimento a nobreza do trabalho (cf. Gn 3,17-19) (...) O ingresso de Jesus Cristo na história do mundo culmina na Páscoa, onde a mesma natureza participa do drama do Filho de Deus rejeitado e da vitória da Ressurreição (cf. Mt 27, 45.51; 28, 2). Atravessando a morte e nela inserindo a novidade resplendente da Ressurreição, Jesus inaugura um mundo novo no qual tudo é submetido a Ele (cf 1 Cor 15,20-28) e restabelece aquela relação de ordem e harmonia que o pecado havia destruído. A consciência dos desequilíbrios entre o homem e a natureza de ser acompanhada pelo conhecimento de que, em Jesus, se realizou a reconciliação do homem e do mundo com Deus, de sorte que cada ser humano consciente do Amor divino, pode reencontrar a paz perdida: «Todo aquele que está em Cristo é uma criatura nova. Passou o que era velho; eis que tudo se fez novo» (2 Cor 5,17). A natureza, que fora criada no Verbo, por meio do mesmo Verbo, feito carne, foi reconciliada com Deus e pacificada (Cf. Col 1,15-





magistério. Já há cerca de 800 anos, São Francisco de Assis nos oferecia o “Cântico das Criaturas”³³. O Santo Seráfico nos chama para o encantamento, cantando a natureza pela sensibilidade do coração, onde Deus habita em nós, de forma que nos permite louvar Aquele que está na origem de tudo.

A presença da Igreja neste processo está em continuidade com sua Doutrina Social, que desde a *Pacem in Terris* (1963) de São João XXIII e a *Populorum Progressio* (1967) de São Paulo VI, que insistem na promoção da justiça, da paz e do bem comum, reconhecendo que a proteção ambiental é um imperativo moral. A Conferência Episcopal Latino-Americana e Caribenha (CELAM), particularmente nas Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979) e Aparecida (2007), também destacou a defesa dos povos vulneráveis e da natureza como parte essencial da missão evangelizadora.

O Papa Francisco, construtor da “ecologia integral”, que adotou o nome e a inspiração do *Poverello*, destacou a urgência da temática ecológica e energética, nos apresentou documentos, e, sem contar os inúmeros discursos, catequeses e entrevistas, ofertou posições importantes sobre estes desafios:

- a) *Laudato si'* – Junho de 2015 – Alguns meses antes da Conferência de Paris, Francisco lançou a encíclica “*Laudato Si'*”, com o subtítulo “Sobre o cuidado da Casa Comum”. Ele apelou aos 1,2 bilhão de católicos espalhados pelo mundo para que se juntassem à luta contra as mudanças climáticas. No documento, a primeira Encíclica Papal a tratar do tema, Francisco declarou que a ciência das mudanças climáticas é clara e que a Igreja Católica considera uma questão moral que deve ser abordada para proteger a Terra e todos os que vivem nela.

20)”. Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2017, n. 452-455.

³³ Conforme consta nas orientações da Conferência da Família Franciscana (CFF) para as celebrações do centenário: “Todas as criaturas, espelho das perfeições divinas, são irmãos e irmãs porque são obra e dom do mesmo Autor. Todas juntas constituem o coro da criação, que contempla, louva e agradece a Deus Criador, ‘o grande Esmoler’, que dá amplamente e com bondade (2 Celano 77). O Cântico é a expressão e a confissão conclusiva da vida do Poverello, que recapitula todo o seu caminho de conformação a Cristo, o Filho amado. A sua fé na paternidade de Deus torna-se um canto de louvor que proclama a fraternidade de todas as criaturas e a sua beleza. Na verdade, ‘Francisco via, nas coisas belas, a beleza suprema do Criador, e pelas pegadas que ele deixara impressas nas coisas, ia seguindo o Bem-amado, de tudo se servindo como escada para subir e chegar àquele que é todo desejável’ (Legenda Maior 9,1).” Disponível em <https://franciscanos.org.br/carisma/especiais/especial-800-anos-do-cantico-das-criaturas#gsc.tab=0>. Acesso em 15 set. 2025.





- b) Mensagem a líderes globais – Novembro de 2015 – Em visita ao escritório das Nações Unidas em Nairobi, Kenya, Papa Francisco exortou os líderes mundiais que se reuniram em alguns dias na 21ª Conferência do Clima, para que selassem um acordo forte sobre o clima. Na ocasião, ele também deu ênfase na necessidade de se adotar sistemas de energia de baixo carbono e acabar com a “cultura do descarte”, que contribui para as emissões de gases de efeito estufa.
- c) Discurso a produtores de petróleo – Junho de 2018 – Papa Francisco se reúne em audiência com participantes do Encontro de Líderes das Principais Empresas de Petróleo e Gás Natural e outras Atividades Relacionadas a Energia. Em sua mensagem, Francisco diz: “A civilização requer energia, mas o uso da energia não deve destruir a civilização”.
- d) Estabelecimento do Tempo da Criação – 2019 – Naquele ano, a Igreja Católica, por orientação de Papa Francisco, começou a celebrar o “Tempo da Criação” um momento do ano em que a Igreja renova o relacionamento com Deus e se volta ao “cuidado de toda criação”. Em 2015, Papa Francisco já havia estabelecido o Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação na Igreja Católica.
- e) Sínodo para a Amazônia – Outubro 2019 – O Papa Francisco falou da “ecologia integral” e de caminhos para pensar transições que permitam a humanidade repensar sua relação com a Mãe Terra. A construção do Sínodo contou com forte participação indígena. Em 2018, Papa Francisco já havia se encontrado com indígenas da América Latina no Peru.
- f) Lançamento de filme “A Carta” – outubro 2022 – Lançamento do documentário em que Papa Francisco protagoniza um diálogo direto com cinco pessoas afetadas pela crise climática, incluindo um indígena da Amazônia. O mesmo dia do lançamento do filme, 4 de outubro de 2022, marcou a entrada oficial da Santa Sé no Acordo de Paris.
- g) Participação no TED – Outubro de 2020 – Papa Francisco participa de uma iniciativa TED Talk, com vídeo em que fala do “imperativo moral em agir em relação às mudanças climáticas”.
- h) Encontro com cientistas – outubro 2021 – Às vésperas da 26ª Conferência do Clima, que seria realizada em Glasgow, Papa Francisco se reúne com cientistas de todo mundo para entender o que a Ciência prevê sobre o clima e o impacto nos povos indígenas e nos mais vulneráveis. “Herdamos um jardim: não devemos deixar um deserto aos nossos filhos”, disse.





- i) *Laudato Deum* – outubro de 2023 – Papa Francisco publica a segunda Encíclica que fala do tema ambiental e das mudanças climáticas. Com o tema “A Todas as Pessoas de Boa Vontade Sobre a Crise Climática”, a Exortação Apostólica *Laudato Deum* “atualiza” a *Laudato si'*, de 2015, oferece uma reflexão mais aprofundada sobre as causas e consequências da crise ambiental, relaciona a crise do clima com aumento da pobreza e desigualdades, pede urgência e nos chama à ação.

Especificamente sobre o processo das COPs, nesta última Exortação Apostólica, o Papa Francisco, apontava sua reflexão sobre a necessidade superar as suas falhas e avançar, especialmente antes do início da COP 28, em Dubai:

53. Os Emirados Árabes Unidos albergarão a próxima Conferência das Partes (COP28). É um país do Golfo Pérsico que se caracteriza como grande exportador de energia fóssil, embora tenha investido muito nas energias renováveis. Entretanto, as companhias petrolíferas e do gás têm a ambição de realizar novos projetos para expandir ainda mais a sua produção. Adotar uma atitude renunciante a respeito da COP28 seria auto lesivo, porque significaria expor toda a humanidade, especialmente os mais pobres, aos piores impactos da mudança climática.

54. Se temos confiança na capacidade do ser humano transcender os seus pequenos interesses e pensar em grande, não podemos renunciar ao sonho de que a COP28 leve a uma decidida aceleração da transição energética, com compromissos eficazes que possam ser monitorizados de forma permanente. Esta Conferência pode ser um ponto de viragem, comprovando que era sério e útil tudo o que se realizou desde 1992; caso contrário, será uma grande desilusão e colocará em risco quanto se pôde alcançar de bom até aqui.

55. Não obstante as numerosas negociações e acordos, as emissões globais continuaram a subir. É verdade que se pode argumentar que, sem tais acordos, teriam aumentado ainda mais. Mas sobre outras questões ambientais, onde houve vontade, foram alcançados resultados muito significativos, como no caso da proteção da camada de ozono. Já quanto à necessária transição para energias limpas, como a eólica, a solar e outras, abandonando os combustíveis fósseis, não se avança de forma suficientemente rápida e, por conseguinte, o que está a ser feito corre o risco de ser interpretado como mero jogo para entreter.

56. Devemos superar a lógica de nos apresentarmos sensíveis ao problema e, ao mesmo tempo, não termos a coragem de efetuar mudanças substanciais. Sabemos que, a continuar assim, dentro de poucos anos teremos ultrapassado o limite máximo desejável de 1,5 graus centígrados e poderemos, em breve, atingir os 3 graus com o risco elevado de chegarmos a um ponto crítico. Mas ainda que não se atingisse este ponto de não retorno, os efeitos seriam desastrosos e ocorreria





apressadamente tomar medidas com custos enormes e sequelas económicas e sociais extremamente graves e intoleráveis. Mas, se as medidas que agora adotamos têm custos, estes tornar-se-ão tanto mais pesados quanto mais esperarmos.

57. Considero essencial insistir no facto de que «buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece, é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial» [34]. É verdade que são necessários esforços de adaptação face a males irreversíveis a curto prazo e são positivas algumas intervenções e progressos tecnológicos para absorver ou capturar os gases emitidos, mas corremos o risco de ficar bloqueados na lógica do consertar, remendar, retocar a situação, enquanto no fundo avança um processo de deterioração, que continuamos a alimentar. Supor que qualquer problema futuro possa ser resolvido com novas intervenções técnicas é um pragmatismo homicida, como pontapear uma bola de neve.

58. Duma vez por todas acabemos com a atitude irresponsável que apresenta a questão apenas como ambiental, «verde», romântica, muitas vezes ridicularizada por interesses económicos. Admitamos, finalmente, que se trata dum problema humano e social em sentido amplo e a diversos níveis. Por isso requer-se o envolvimento de todos. Por ocasião das Conferências sobre o Clima, chamam frequentemente a atenção as ações de grupos ditos «radicalizados»; mas na realidade eles preenchem um vazio da sociedade inteira que deveria exercer uma sã pressão, pois cabe a cada família pensar que está em jogo o futuro dos seus filhos.

59. Se há sincero interesse em obter que a COP28 se torne histórica, que nos honre e enobreça enquanto seres humanos, então só podemos esperar em fórmulas vinculantes de transição energética que tenham três características: eficientes, vinculantes e facilmente monitoráveis, a fim de se iniciar um novo processo que seja drástico, intenso e possa contar com o empenhamento de todos. Isto não aconteceu no caminho percorrido até agora, mas só com um tal processo se pode restaurar a credibilidade da política internacional, pois só desta forma concreta será possível reduzir significativamente o dióxido de carbono e evitar a tempo males piores.

60. Oxalá que, a intervir na COP28, sejam estratégias capazes de pensar mais no bem comum e no futuro dos seus filhos, do que nos interesses contingentes de algum país ou empresa. Possam assim mostrar a nobreza da política, e não a sua vergonha. Aos poderosos, atrevo-me a repetir esta pergunta: «Para que se quer preservar hoje um poder que será recordado pela sua incapacidade de intervir quando era urgente e necessário fazê-lo?»





A citação é longa, contudo, necessária para entender a perspectiva defendida de tornar cada COP muito mais concreta, e não apenas um “evento”, em torno de um “problema humano e social em sentido amplo e a diversos níveis” (LD, n. 58). Na mesma linha, como não seria diferente, o Papa Leão XIV tem insistido no compromisso da Igreja com a sustentabilidade ambiental e o cuidado da criação, na continuidade do magistério de São João Paulo II, Bento XVI e Francisco. Diante de sua importância, transcreve-se trechos do recente discurso do Santo Padre aos participantes do Seminário Internacional promovido pela Pontifícia Academia de Teologia, sobre o tema “Criação, Natureza, Meio Ambiente para um Mundo de Paz” (13 de setembro de 2025) . Vejamos:

Refletistes sobre temas de atualidade urgente, que me são muito caros, assim como aos meus predecessores São João Paulo II, Bento XVI e Francisco: a sustentabilidade ambiental e a tutela da criação são, de facto, compromissos irrenunciáveis para a sobrevivência do género humano e têm um reflexo imediato na organização das nossas sociedades e na possibilidade de uma convivência humana pacífica e solidária.

Ao mesmo tempo, qualquer esforço para melhorar as condições ambientais e sociais do nosso mundo requer o empenho de todos, cada um na sua parte, numa atitude de solidariedade e colaboração que ultrapasse barreiras e limites regionais, nacionais, culturais e também religiosos.(...)

Nesse mesmo sentido, em todo o mundo, a inflexão pastoral em torno da Casa Comum trouxe grandes contribuições. A Igreja Católica do Brasil, desde as suas bases, e com especial destaque na ação da CNBB, dedica-se há muito aos temas da Criação, e, a partir de muitos diálogos e participações, tem oferecido sua visão e sua preocupação com a Ecologia Integral.

Um bom exemplo foi a Campanha da Fraternidade de 2025, com o tema “Fraternidade e Ecologia Integral” e o lema “Deus viu que tudo era muito bom!” (Gn 1,31), que propôs promover um processo de conversão integral em tempos de crise socioambiental, ouvindo o grito dos pobres e da Terra. Entre os objetivos específicos, destacavam-se denunciar os males do estilo de vida atual que geram a crise socioambiental e apontar as causas da grave crise climática global, ressaltando a necessidade de mudanças profundas nos modos de vida e a rejeição das “falsas soluções” para a transição energética.





Da mesma forma, a CNBB, como Igreja no Brasil, está ativamente envolvida na COP30, com o objetivo de dar testemunho público da fé cristã, promovendo a Ecologia Integral, em defesa da vida e da Casa Comum. Isso expressa sua fidelidade ao Evangelho, seu compromisso com a justiça socioambiental e sua missão de ser “voz profética” em defesa dos pobres e da criação.

Destaca-se a articulação denominada a “Igreja Rumo à COP30: articulação por Ecologia Integral e Justiça Climática”, plataforma de ação que congrega em sua coordenação a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Conferência dos Religiosos do Brasil, o Movimento Laudato Si’, a Cáritas Brasileira e a Rede Eclesial Pan-Amazônica – Brasil³⁴. Vários regionais, (arqui)dioceses e pastorais, da mesma forma, cuidaram de destacar o tema da COP 30, relacionando-o ao desafio da Ecologia Integral³⁵.

A REPAM-Brasil, a partir de um olhar Pan-Amazônico, tem cuidado de “amplificar as vozes das comunidades amazônicas — indígenas, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas — e colocá-las no centro das decisões globais sobre o futuro do planeta”. A “Mobilização dos Povos pela Terra e pelo Clima”³⁶, a partir da Amazônia Legal (Acre, Rondônia, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão), da REPAM-Brasil, articula povos e movimentos sociais territoriais antes, durante e depois da COP 30, fortalecendo as lutas de povos e comunidades tradicionais em seus territórios e sua capacidade de incidência política. O “ABC das COPs”³⁷, material de mobilização e formação, tornou-se um sucesso enorme, sendo traduzido para o espanhol e para o inglês, a pedido dos demais países e Igrejas. Além disto, há um trabalho ecumênico e inter-religioso, como o “Tapiri Ecumênico e Inter-religioso”, que ocorrerá em Belém, durante a COP 30.

Não se pode deixar de destacar a articulação das Conferências e Conselhos Episcopais Católicos da África, América Latina e Caribe, e Ásia por ocasião da COP30, com a mensagem “UM CHAMADO POR JUSTIÇA CLIMÁTICA E A CASA COMUM: CONVERSÃO ECOLÓGICA, TRANSFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA ÀS FALSAS SOLUÇÕES”, com os seguintes objetivos:

³⁴ Ver <https://igrejarumoacop30.org/>. Acesso em 15 set. 2025.

³⁵ Por exemplo: Leste 2 – disponível em <https://arquiocesebh.org.br/noticias/regional-leste-2-da-cnbb-sediara-pre-cop/>. Toda a região sul - <https://pr.caritas.org.br/noticias/parana-copsul-cop30>. E os Bispos do Mato Grosso do Sul: <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/bispos-de-ms-defendem-biomas-e-terras-indigenas-em-propostas-para-a-cop-30>. Acesso em 15 set. 2025.

³⁶ Ver <https://repam.org.br/cop30/>. Acesso em 15 set. 2025.

³⁷ Disponível em <https://repam.org.br/cop30/abc-das-cops/>. Acesso em 15 set. 2025.





“Defenderemos os mais vulneráveis em cada decisão sobre clima e natureza. Educaremos para a ecologia integral e promoveremos economias baseadas na solidariedade, na ‘sobriedade feliz’ da Laudato Si’ e no ‘Bem Viver’ das sabedorias ancestrais. Fortaleceremos a aliança intercontinental entre países do Sul Global para promover cooperação e solidariedade. Monitoraremos os resultados das COPs por meio de um Observatório de Justiça Climática. Convidamos a uma coalizão histórica entre atores do Norte e do Sul Global para enfrentar as crises de forma solidária”.

No campo da Educação, como é da tradição da Igreja, muito trabalho foi desenvolvido. Por exemplo, a Pastoral da Educação da CNBB Norte 2, com o apoio de várias organizações, desenvolveu o E-Book “COP 30 nas escolas – amigos da Casa Comum”, como material pedagógico que superou o espaço escolar e está sendo utilizado em diversas experiências formativas por todo o Brasil.

O Setor Juventude da Arquidiocese de Belém e a Comissão Episcopal para a Juventude da CNBB, como mais um exemplo de dedicação e mobilização da Igreja do Brasil em torno da COP 30, desenvolveu uma ampla programação com muitas atividades para novembro. A Arquidiocese de Belém, anfitriã da COP30, como não seria diferente, tem extensa programação pastoral e religiosa para o período da COP30³⁸, além de eventos distribuídos em todo o território. Não apenas ela, mas grande parte das Arquidioceses e Dioceses brasileiras estão trabalhando em torno da Ecologia Integral, com muitas experiências belíssimas.

Em síntese, a Igreja Católica do Brasil está mobilizada, com a participação de bispos, presbíteros, religiosas e religiosos, leigos e leigas, enfim, lideranças e representantes de diferentes instituições, além de várias outras tradições religiosas, a cuidar da presença da Igreja na 30ª Conferência do Clima da ONU (COP30)³⁹.

6.2. A sociedade civil

É de se destacar as experiências da sociedade civil, tanto a brasileira, como as que nascem em articulações regionais e internacionais, rumo à COP 30. Há

³⁸ Arquidiocese de Belém. Ver: <https://arquidiocesedebelem.com.br/cop30/>. Acesso em 15 set. 2025.

³⁹ CNBB. **Igreja no Brasil se mobiliza para a COP30: encontro debate presença e agenda de eventos.** Disponível em <https://www.cnbb.org.br/igreja-no-brasil-se-mobiliza-para-a-cop30-encontro-debate-presenca-e-agenda-de-eventos/>. Acesso em 16 set. 2025.





inúmeras e todas muito valiosas. Um exemplo é a “Cúpula dos Povos”, que desde 1992, se ergue como um grito de resistência, um eco das vozes silenciadas pela desigualdade. Neste espaço de luta e esperança, comunidades indígenas, tradicionais e periféricas – aquelas que menos contribuíram para a crise climática, mas que mais sofrem com seus impactos – encontram a oportunidade de serem ouvidas. Enquanto as COPs oficiais seguem negociando números e metas, a Cúpula fala de vidas, direitos e territórios, em torno de “um futuro enraizado na justiça social e ambiental, provando que nossa luta é tão necessária quanto urgente”⁴⁰. Suas pautas, muito provavelmente, refletem o conjunto de demandas dos movimentos sociais e populares ante à COP 30:

- *uma transição justa, popular e inclusiva;*
- *direito à terra e território por meio da reforma urbana, agrária e fundiária;*
- *demarcação, titulação e regularização dos territórios indígenas, quilombolas, pesqueiros e tradicionais;*
- *estabelecimento de sistemas alimentares onde a soberania alimentar seja o foco, com fomento à agroecologia, à valorização da produção familiar, camponesa e da pesca artesanal, da economia indígena, solidária e feminista;*
- *reconhecimento da natureza como sujeito de direitos;*
- *proteção das áreas oceânicas, de terras raras e maretórios; e a proteção da biodiversidade;*
- *geração de trabalho decente, emprego e renda e de políticas de cuidado;*
- *consolidação do direito à cidade com políticas urbanas como políticas ambientais;*
- *implementação de políticas específicas para atingidos climáticos;*
- *acesso a água potável e saneamento básico;*
- *prevenção e adaptação climática, em especial nas periferias urbanas e nos territórios indígenas e tradicionais;*
- *erradicação do racismo ambiental e estrutural, e da violência contra as mulheres e meninas, diferentes culturas e visões de mundo;*
- *promoção da comunicação livre e da diversidade cultural;*
- *políticas para a juventude negra viva;*

⁴⁰ Ver <https://cupuladospovoscop30.org/>. Acesso em 15 set. 2025.

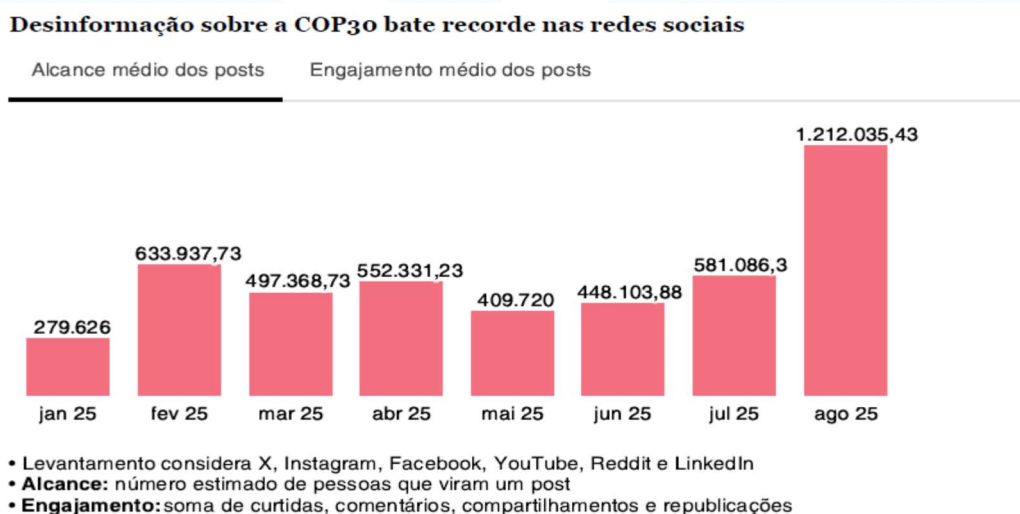




- e medidas de reparação e democratização do financiamento climático justo, fora do mercado de carbono e de endividamento, com estruturação de fundos e governança pelas comunidades⁴¹.

Há diversas outras iniciativas em curso, todas fundamentais e relevantes, que mereceriam uma descrição detalhada. Para o que se pode avaliar, em uma análise de conjuntura, ao cabo dos vários elementos apresentados, é que a COP no Brasil tem alguns significados a mais: (a) realiza-se em uma das maiores democracias dos trópicos, (b) com forte organização social e contornos mais representativos, (c) com suas contradições e dificuldades.

Resta muita desinformação. Um exemplo são os posts nas redes sociais com desinformação sobre a COP30, que alcançaram mais que o dobro de usuários em agosto de 2025 na comparação com a média dos sete meses anteriores, conforme o levantamento da coalizão internacional *Climate Action Against Disinformation* e do Observatório de Integridade da Informação⁴². Veja-se a figura 4:



Fonte: Observatório de Integridade da Informação - Clima e Meio Ambiente/Climate Action Against Disinformation, com dados c plataforma Brandwatch

FIGURA 4

Temos visto, com certa frequência, críticas em relação à hospedagem em Belém no período da COP 30. A tendência é que os preços baixem às vésperas da conferência, e não é a primeira vez de uma Conferência com problemas de acomodação como este. Na COP26, que aconteceu em Glasgow (Escócia), em

⁴¹ CÚPULA DOS POVOS. **Manifesto**. Disponível em <https://cupuladospovoscop30.org/manifesto/>. Acesso em 15 set. 2025.

⁴² Disponível em <https://caad.info/analysis/?topic%5B%5D=cop>. Acesso em 15 set. 2025.





2021, os preços também subiram. Um levantamento mostrou que a capital escocesa teve uma alta de até 1.676% nas tarifas de hotéis no período do evento. Em Belém, o crescimento chega a 3.471%⁴³. Como uma possível resposta, Igrejas de diferentes denominações da Grande Belém criaram a “Rede de Hospitalidade com Propósito”, plataforma que oferece hospedagem solidária aos visitantes esperados para a COP 30, como demonstração da unidade e do acolhimento dos amazônidas⁴⁴.

7 – Conclusão e sinais de esperança

A COP 30 é uma oportunidade para que a humanidade caminhe em comunhão e com responsabilidade. Não é a única. Pode, entretanto, nos ajudar em mudanças concretas, inclusive na cultura, com um amadurecimento no modo de ser das pessoas e de toda a sociedade. Não há mudanças culturais sem mudança nas pessoas. Isto exige, como afirmou o Papa Francisco, um “percurso de reconciliação com o mundo que nos alberga e a enriquecê-lo com o próprio contributo, pois o nosso empenho tem a ver com a dignidade pessoal e com os grandes valores. Entretanto, (...) é necessário sermos sinceros e reconhecer que as soluções mais eficazes não virão só dos esforços individuais, mas sobretudo das grandes decisões da política nacional e internacional”⁴⁵.

É também necessário reconhecer e sentir as cicatrizes da Casa Comum. Elas não são metáforas, mas inscrições materiais: florestas derrubadas como páginas rasgadas de um livro ancestral, rios contaminados que carregam no seu fluxo a memória da violência, glaciares que derretem como amпуlhetas quebradas, revelando que o tempo humano ousou interferir na eternidade geológica. Cada centímetro de solo envenenado, cada ave extinta, cada partícula de plástico incrustada nas rochas e nos oceanos é a confissão involuntária de uma civilização que transformou a vida em matéria de cálculo.

Com esperança, a Casa Comum, nos ajuda a perceber os sinais aqui: o testemunho sob nossos pés, na composição do ar que respiramos, no calor

⁴³ GAMA, Gabriel. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 29 Ago. 2025. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/08/crise-de-hospedagem-para-cop30-domina-bastidores-da-semana-de-clima-do-rio-de-janeiro.shtml>. Acesso em 15 set. 2025.

⁴⁴ G1 Pará. **Igrejas da Grande Belém criam plataforma solidária de hospedagens para a COP 30**. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/09/02/igrejas-da-grande-belem-criam-plataforma-solidaria-de-hospedagens-para-a-cop-30.ghtml>. Acesso em 15 set.

⁴⁵ Idem, LD, n. 69.





acumulado nas cidades, na instabilidade que torna as estações imprevisíveis. O planeta inteiro tornou-se arquivo involuntário de nossas contradições. Um arquivo que não aceita ser apagado, que não se deixa manipular por algoritmos ou balanços contábeis.

É na força dos pequenos, dos movimentos, indígenas, de mulheres, dos afrodescendentes, dos povos tradicionais, da cultura ancestral, que temos nosso patrimônio. É no Senhor e neles que buscamos alimentar a nossa esperança. A Igreja Católica e muitas outras tradições religiosas, de todos os lados, podem demonstrar que serviço é sabedoria e que “o mundo canta um Amor infinito; como não cuidar dele?”⁴⁶.

Não há Planeta B. Não se trata de salvar a Casa Comum como se fosse um objeto externo. Trata-se de salvar a humanidade de sua própria incapacidade de conviver com aquilo que a possibilita. O planeta possivelmente sobreviverá. A questão é se nós seremos capazes de sobreviver junto a ele – e em quais condições de dignidade, justiça e liberdade. Não existe separação entre justiça social e justiça ecológica. O desmatamento é também expulsão de comunidades. A mineração é também precarização do trabalho. A contaminação da água é também doença e fome. Defender a natureza é defender o povo; defender o povo é defender a natureza.

É tempo de colher e cuidar desta utopia: já existem sementes e muitos frutos. Mas é preciso insistir na dimensão ética. Temos que superar a ignorância e da indiferença, a serviço da vida e desta terra, deste presente que recebemos, pois somos “apenas estrangeiros e meus hóspedes (Lv 25, 23)”. Não podemos mais viver como se o mundo fosse um depósito inesgotável de insumos.

Diante da COP 30, há que se cuidar da reconciliação. Políticas públicas devem ser compartilhadas. E o “bem comum”, ao lado do “bem viver”, é condição do “bem querer” o próximo e a criação. A razão? “Estamos perante um desafio antropológico e ecológico que determinará o nosso futuro, porque está ligado ao futuro da nossa Mãe e Irmã Terra. Somos convidados a reencantar a sociedade contemporânea com ‘a língua da fraternidade e da beleza na nossa relação com o mundo’ (Laudato si’ 11).” E tudo está conectado. Que Nossa Senhora de Nazaré nos proteja!

⁴⁶ Idem, LD, n. 65.

